



Anais da Assembléia

N.59

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 48.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1987.
QUARTA-FEIRA

do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste estamos encaminhando a Vossa Excelência a relação dos membros do PMDB para comporem a CPI do Porto, referente ao contrabando de grãos no Porto de Paranaguá, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

1. Deputado Paulino José Delazeri.
2. Deputado Paulo Furiatti.
3. Deputado Hermas Brandão.
4. Deputado Lauro Lobo Alcântara.
5. Deputado Nereu Carlos Massignan.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA
Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de indicar o nome do Excelentíssimo Senhor Deputado David Cheriegate, como membro representante do Partido da Frente Liberal, para a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará possíveis irregularidades administrativas junto ao Porto de Paranaguá.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO
Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste estamos encaminhando a Vossa Excelência a relação dos membros da Bancada do PMDB para comporem a CPI da Merenda Escolar, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

1. Deputado Edmar Luiz Costa.
2. Deputado Nilton Barbosa
3. Deputada Amélia Hruschka.
4. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.
5. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA
Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar, na forma das disposições regimentais desta Casa, o nome do Deputado Rafael Gre-

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Acyr Mezzadri, Antônio Bárbara, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, José Afonso Júnior, José Felinto e Luiz Alberto Oliveira (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Trinta Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura

ca para integrar a Comissão de Inquérito formada para apurar irregularidades que causaram a deterioração de alimentos destinados à merenda escolar, requerida pelo mesmo Deputado.

Aproveitamos o ensejo para reiterarmos a Vossa Excelência nossos protestos de respeito e consideração.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI
Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o nome do Excelentíssimo Senhor Deputado João Batista Arruda, como membro representante do Partido da Frente Liberal, na Comissão Parlamentar de Inquérito da "Merenda Escolar".

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO
Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar, na forma das disposições regimentais desta Casa, o nome do Deputado Algaci Túlio, da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, para integrar a Comissão de Inquérito requerida pelo Deputado Paulino Delazeri para apurar irregularidades ocorridas no Porto de Paranaguá.

Aproveitamos o ensejo para renovarmos a Vossa Excelência nossos protestos de respeito e consideração.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI
Líder do PDT.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário um voto de pesar, pelo falecimento do Padre BORIS KOTYJ da Ordem de São Basílio Magno, falecido na cidade de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

Padre Boris Kotyj, nascido em Tijuco Preto, Prudentópolis - PR., além de ocupar vários cargos na Organização como Superior em Ivaí - PR., Vigário em Pitanga, desenvolveu na sua simplicidade um ativo e incansável trabalho pastoral e social, junto à toda Comunidade Ucraniana no Paraná.

Sacerdócio foi o ideal que o norteou

no seu trabalho do dia a dia pela comunidade e principalmente pelos mais pobres.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ MARCELINO DA SILVA, ocorrido no dia 30 de maio último, no Município de São Sebastião da Amoreira - PR.

Pioneiro na região, o extinto teve papel destacado em sua comunidade, onde exerceu as funções de Vice-Prefeito e Vereador. Conceituado e respeitado por tantos quantos o conheciam, era agricultor, comerciante e Vice-Presidente do Diretório Municipal do PMDB;

Deixa viúva a Senhora Josefa Franceli-na da Silva e diversos filhos.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado nos Anais deste Poder, voto de profundo pesar pelo passamento do DR. MÁRIO JORGE.

Pede ainda envio do presente expediente à família enlutada - Rua Mariano Torres, 275, ap. 131 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

É com tristeza que trazemos a este Magnânimo Plenário a proposição de inserirmos nos Anais da sessão de hoje desta Casa, votos pesarosos pelo falecimento do brilhante advogado, Dr. Mário Jorge, ocorrido infaustamente em 01 do corrente.

O Paraná perde, aos 70 anos de idade, após fecunda existência numa vida de trabalho e dignidade, um de seus mais destacados e atuantes advogados criminalistas.

Jurista de renome, famoso em todo o Brasil, sempre em defesa dos mais humildes, Mário Jorge com seu passamento abre uma profunda lacuna junto de seus familiares e amigos pela sua dedicação, espírito de justiça e equidade com que pautou sua vida profissional e pessoal. Seus valores permanecerão indelévels na memória daqueles que o conheceram.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo passamento do ex-Deputado, ex-Prefeito Municipal de Cambará, e empresário Benedito Moreira, ocorrido neste final de semana. Pede que deste registro seja dado conhecimento à municipalidade cambaraense e à família do extinto.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo passamento do Senhor Benedito Moreira, ocorrido dia 29 de maio em Cambará/Pr.

Pede ainda, envio de cópia do presente expediente ao Doutor Francisco Moreira - Av. Brasil, 350- Cambará/ Pr.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

JUSTIFICATIVA:

Homem de personalidade forte e de expressiva liderança política, BENEDITO MOREIRA foi prefeito de Jacarezinho, Deputado Estadual e Prefeito de Cambará, onde deixou a marca de político realizador e atento aos problemas da comunidade.

Perde o Paraná, um homem que consagrou sua existência ao progresso da nossa sociedade. Sua morte causa imensa dor ao seu vasto número de amigos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do AMARO GOMES MONTEIRO, Serventuário da Justiça em Barbosa Ferraz.

Requer, outrossim, se dê ciência da decisão desta Casa à família enlutada, na pessoa da viúva, Dona Rosane Pacheco Monteiro, na referida cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

Líder do PDT.

JUSTIFICATIVA:

Natural de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, Amaro Gomes Monteiro contava 64 anos de idade e seu falecimento, ocorrido na cidade de São Paulo, no último dia 30, após, insidiosa moléstia, causou grande pesar a seus incontáveis amigos de Barbosa Ferraz e Londrina.

O extinto estava há 36 anos no Paraná, tendo chegado a Barbosa Ferraz em junho de 1951, sendo um dos pioneiros do Município.

Ali passou toda a sua vida, primeiro como farmacêutico, depois como Escrivão de Polícia e titular do 1. Cartório do Registro Civil e, desde 1976, como Tabelião de Notas e Oficial do Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas. Dotado de um coração extremamente bondoso, a todos atendia, indistintamente, tivessem ou não recursos, vindo a morrer pobre, depois de mais de 30 anos de trabalho, numa região pujante e num município cujo crescimento ajudou e acompanhou desde o início. Ao seu sepultamento, em Barbosa Ferraz, compareceram centenas de amigos da cidade e de toda a região, pois o extinto soube fazer amizades e conquistar a admiração e o respeito de quantos o conheceram.

Amaro Gomes Monteiro, era casado com a professora Rosane Pacheco Monteiro, que há cerca de um ano foi agraciada com o título de Cidadã Honorária de Barbosa Ferraz, numa demonstração a mais do apreço do povo do Município ao casal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUER à Mesa, na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, a inserção na ata dos trabalhos da presente Sessão, de Votos de Congratulações e Louvor, ao Tribunal de Contas do Estado, pelo transcurso dos 40 anos de sua instituição. A "Nação que não preserva sua memória, não é nação porque não possui alma". Na sessão solene alusiva aos 40 anos daquela instituição, seu Presidente, Conselheiro Olivir Gabardo, demonstrou a preocupação de manter viva a memória da Nação Brasileira ao homenagear os constituintes de 1947, que aprovaram a criação do Tribunal de Contas do Paraná. Foram homenageados os constituintes Hélio Setti, Antonio Santos Filho, Lauro Portugal Tavares, Aldo Laval, Antonio Lustosa de Oliveira, José Machuca e Júlio Rocha Xavier. Ainda foram homenageados três fundadores do Tribunal de Contas do Paraná: Daniel Borges Reis, Raul Vaz e Brasil Pinheiro Machado.

A homenagem prestada foi justa e merecida. O transcurso dos 40 anos de criação do Tribunal de Contas do Paraná, que ao longo desses anos tem contribuído para o trato sério da coisa pública, justificam esta proposição. Pelo que se REQUER, uma vez aprovado mesmo, seja dado conhecimento desta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assim como a todos os homenageados acima mencionados e ao Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa após ouvir o Magnânimo Plenário, sejam inseridos nos Anais desta histórica sessão, votos de congratulações à Editora o Estado do Paraná S.A., pelo retorno do ínclito Jornalista Mussa José Assis, ao comando da Redação dos Jornais "O Estado", e a "Tribuna do Paraná".

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao jornalista Mussa José Assis, bem como ao Deputado Federal Paulo Pimentel, no parque gráfico da Cidade das Comunicações, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

A proposição que trazemos a este Augusto Plenário, tem o objetivo de inserir nos Anais desta histórica sessão, votos de congratulações à Editora o Estado do Paraná pela conquista do ilustre jornalista Mussa José Assis.

Mussa José Assis, 44 anos de idade, 26 de profissão, lecionou Jornalismo Impresso na Universidade Católica do Paraná, por onze anos; foi professor de Técnica de Jornal na Universidade Federal do Paraná; foi o grande responsável pelo renascimento do "Correio de Notícias"; em dezembro de 1982 foi o repórter ousado, que num ato de coragem e aventura, fez a cobertura histórica e completa sobre a rebelião na Penitenciária Central do Estado, denunciando e revelando os mistérios horríveis e secretos, que envolveram facínoras condenados até a morte, amotinados pelos vários quilômetros de galerias e centenas de celas daquele presídio, auxiliando nas negociações entre detentos e a Polícia; viajou em missão jornalística ou para a realização de cursos, aos Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Suécia, Líbano, Itália e Países latino-americanos, além de ser autor de uma gama de estudos e projetos técnico-jornalísticos e materiais de estudo em cursos de Comunicação Social.

Pela experiência, responsabilidade, competência, criatividade e profissionalismo deste grande jornalista, que atravessou o interregno da ditadura militar com seus boicotes econômicos, pressões, censuras e com inteligência, saiu-se de tudo com galhardia e elegância, requeremos com orgulho, inscrevê-lo nos Anais desta supina Casa de Legislação Estadual.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no

art. 134, § 1., inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, pela criação do Departamento de Meio Ambiente.

Vinculado à Secretaria de Agricultura e Pecuária, no novo Departamento tem como meta a elaboração de programas, cujos objetivos principais serão: o ajustamento de ações gerais dos planos nacionais e estaduais de preservação do meio ambiente; o incentivo do turismo ecológico na região de Ponta Grossa; o acompanhamento e apoio ao ITCF na proteção e recuperação dos mananciais da região; e a organização de palestras, simpósios e concursos.

Conforme organograma já fixado pelo Departamento, essas atividades, através de convênios, serão executados em conjunto com vários outros organismos, tais como: ACARPA, ITCF, IAPAR, SUREHMA, UNIVERSIDADE ESTADUAL e ASSOCIAÇÃO CONSERVACIONISTA DE PONTA GROSSA, bem como, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o Ministério da Agricultura.

A iniciativa é merecedora de toda nossa admiração e louvor, pois indiscutivelmente trará o aprimoramento nos trabalhos ligados ao setor, resultando em grandes benefícios ao meio ambiente dos Campos Gerais.

Requeiro, que cópia deste expediente seja encaminhado à PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de congratulações e cumprimentos, alusivos à passagem do 75.º Aniversário e JUBILEU DE DIAMANTE da Escola Estadual Senador Correia- Ensino de 1.º Grau, Regular e Supletivo, de Ponta Grossa, expressos a sua Direção, representada na pessoa da professora Vera Regina Buss Taborda, extensivos ao Corpo docente e Discente e à população local.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência àquela Diretoria, no seguinte endereço: Praça Roosevelt, s/n. -Ponta Grossa. Pr.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉZAR.

JUSTIFICATIVA:

Criada a 28 de março de 1912, na conformidade com a Lei n. 1.207 e fundada pelo Decreto n. 324, de 13 de abril de 1912, sob a denominação de CASA ESCOLAR SENADOR CORREIA, e tendo como primeira Diretora a

Professora LUZIA FERNANDES, a Escola estadual Senador Correia- Ensino de 1. Grau, Regular e Supletivo, de Ponta Grossa, congrega, hoje, aproximadamente 1.300 alunos, 52 professores, funcionando em três turmas.

Rejubila-se a cidade princesina com essa magna data, pois vem simbolizar não somente o Jubileu de Diamante da mais antiga e tradicional Escola de Ponta Grossa, mas, e sobretudo, traduzir a labuta desses longos anos, o significado histórico e a relevante contribuição emprestada por aquele conceituado estabelecimento à construção e conceito de que goza hoje o ensino paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de votos de congratulações e cumprimentos alusivos à passagem do Jubileu de Prata da Escola São Sebastião de Ensino Pré-Escolar e 1.º Grau, de Ponta Grossa, expressos à sua Direção, representada na pessoa da Irmã Lucila Sella, extensivos ao Corpo Docente e Discente e à população local.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência àquela Diretoria, no seguinte endereço: Rua Generoso Martins de Araujo, 1745 Nova Rússia- Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Fundada a 16 de fevereiro de 1962, por iniciativa do padre CARLOS ZELESNY, e, constituindo uma sociedade particular, a Escola São Sebastião de Ensino Pré-Escolar e 1.º Grau, sob a dinâmica direção da Irmã Lucila Sella, conta hoje com 970 alunos, com seu Corpo docente integrado por 48 Professores.

Sua inestimável contribuição emprestada ao engrandecimento do ensino de nosso Estado deve-se à dedicação, ao trabalho e espírito empreendedor daqueles que, como a Irmã Lucila, tiveram a honra de dirigi-la dignificando-a, razão que a leva hoje, a desfrutar do excelente conceito que lhe é atribuído, como estabelecimento de ensino do melhor nível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata desta sessão, um voto de louvor ao engenheiro florestal paranaense, Luciano Pizzatto, pela vitória alcançada por seu trabalho "Manejo Ambiental" no

Prêmio Nacional de Ecologia concedido pela CNPq, juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce e a Fundação Roberto Marinho.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O merecido prêmio destaca o nome do Paraná e possibilita que o trabalho deste jovem engenheiro seja divulgado auxiliando, assim, na luta imprescindível que o Brasil deve desenvolver na defesa de seu meio ambiente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em ata desta Sessão, voto de louvor à nova diretoria da Sociedade dos Usuários de Computadores, Sucessu-Paraná, que tem à sua frente o analista de sistemas Fabio de Souza Neto.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao referido analista de sistema.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 20 anos que a Sucessu vem realizando um dinâmico trabalho, pois é a mais antiga e representativa entidade do campo da informática, reunindo mais de 200 empresas usuárias de computação do Paraná. A posse terá lugar no Clube Concórdia e deverão estar presentes os mais variados representantes dos diferentes ramos empresariais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata desta sessão, de voto de louvor ao Centro de Promoção Humana São Benedito - CEPRHUSB de Apucarana, que resolveu adotar a medicina naturista, transformando totalmente a estrutura do Hospital Menino Deus.

Outrossim, REQUER ainda, aprovado este, se dê ciência da decisão da casa ao Presidente Valter Regorer do referido CEPRHUSB.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Na busca de alternativas mais acessíveis à classe da população, começou a amadurecer a idéia de implantar o tratamento por métodos naturais.

O tratamento naturalista se identificou com as propostas do trabalho da CEPRHUSB que é uma entidade de função social e comunitária sem fins lucrativos, filosofia de trabalho é a saúde, fator

fundamental e prioritário, considerado que é para este setor que convergem todos os problemas da comunidade.

Gradativamente o hospital apucararense foi adaptando sua estrutura física e formando mão-de-obra especializada, além de contratar técnicos em enfermagem, nutricionistas e médicos, todos ligados ao tratamento naturalista.

O Hospital Menino Deus de Apucarana é o segundo do País a adotar a medicina naturalista. Existem algumas centenas de famílias carentes que serão atendidas sem qualquer custo em qualquer eventualidade. Porém, foram estabelecidas taxas de consultas, internamentos e diversos tipos de tratamento para pacientes que têm condições de pagar.

Sendo uma entidade beneficente o CEPRHUSB estabeleceu que o hospital atenderá todas as classes sociais, dos pobres - que são prioridade - aos ricos. As pessoas que dispõem de recursos pagam pela consulta, tratamento ou internamento, para possibilitar o atendimento gratuito aos que não têm condições de pagar.

A medicina naturalista tem cinco tipos básicos de tratamento: geoterapia, hidroterapia, fisioterapia, trofoterapia e helioterapia. Cada caso tem suas particularidades e indicações específicas, principalmente de alimentos e ervas medicinais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de proposição ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, no sentido de que seja reforçado por esta Casa pedido da Escola Estadual Olavo Del Claro, localizada nesta Capital, para fornecimento de instrumentos destinados a uma fanfarra colegial.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A raiz de todos os males da Nação brasileira encontra-se na falta de cultura de seu povo. A dificuldade de acesso aos mais diversos meios de cultura, ainda é neste final de século uma realidade que tarda a mudar de face. Assim, toda possibilidade que se oferece ao Estado para levar a cultura ao seu povo, deve ser aproveitada. A música é uma das mais perfeitas formas de cultura. A pretensão da Escola Estadual Olavo Del Claro, em formar sua fanfarra, é a possibilidade do Estado levar um pouco de cultura à considerável parcela da comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada uma moção de solidariedade ao Juiz de Toledo, Wilmar Machiaveli, e ao Prefeito Albino Corazza Netto, conforme texto em anexo.

Sala das Sessões, em, 03.06.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se na própria Moção em anexo.

Moção de Solidariedade

Nós, abaixo-assinados, Deputados Estaduais do Paraná, manifestamos nossa solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Toledo, Albino Corazza Netto, e ao Meritíssimo Senhor Juiz de Toledo, Wilmar Machiaveli, pela postura digna e corajosa de não se submeterem a ameaças e chantagens daqueles que não querem ver apuradas as irregularidades cometidas no trato da coisa públicas.

Repudiamos as ameaças, inclusive de morte, que vem sendo perpetradas contra esses honrados homens públicos e manifestamos o nosso apoio à luta que estão travando, certos que é justamente com atitudes corajosas como essa que recuperaremos a credibilidade popular nas administrações pública.

Curitiba, 01 de junho de 1987.

(a) SABINO CAMPOS

Apoiamento:

José Rogério Carvalho, Nereu Carlos Massignan, Ezequias Losso, Paulo Furiatti, Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado, José Felinto, Luiz Carlos Alborghetti, Pedro Tonelli, Paulino José Delazeri, Anibal Khury, Antônio Costenaro Neto, Raul Lopes, Lauro Lobo Alcântara, Caíto Quintana, Nelson Vasconcellos, Haroldo Rodrigues Ferreira, Orlando Pessuti e Algaci Túlio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, a seguinte solicitação:

- Ampliação do Colégio Estadual Franklin Roosevelt do Distrito de Guaiporã, Município de Iporã, em mais três salas de aulas, banheiros e uma cantina.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação apresentada justifica-se pelo fato de que a citada escola não pos-

sui espaço suficiente para abrigar o número de alunos que a frequenta diariamente, o que vem trazendo sérios problemas e provocando grande descontentamento por parte da comunidade.

Além disso, o referido estabelecimento de ensino não possui cantina e banheiros, sendo que não estão sendo atendidas as necessidades básicas dos estudantes e professores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Senhor Roque Robinson Piragine, a seguinte solicitação:

- Encampação, pela SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná -, dos Serviços de Abastecimento de Água no Distrito de Jangada, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O serviço de abastecimento de água do Distrito de Jangada, explorado pelo Município, apresenta deficiências várias, e necessária se faz a ampliação da rede de distribuição, sendo que o Município não possui estrutura que lhe permita proceder aos reparos que devem ser realizados, no sentido de se prestar um melhor atendimento à população do Distrito, que está a reivindicar constantemente a solução do problema.

Ficando os serviços de abastecimento de água a cargo da SANEPAR, benefícios vários serão proporcionados à população, inclusive em termos de saúde.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, solicitando uma fiscalização urgente no Frigorífico da Empresa Sadia no município de Toledo-PR, visando coibir a demissão em massa e perseguição de seus empregados simplesmente por estarem organizando uma chapa para concorrer ao sindicato da categoria.

Nos últimos dias a empresa já demitiu 50 empregados e, segundo informações colhidas naquela cidade, pretende demitir aproximadamente 80. Entre eles estão empregados com mais de dez anos de empresa. Lamentavelmente, a única justificativa da empresa é o fato de parte deles estarem

pretendendo concorrer à direção do sindicato da categoria. A perseguição extrapola os possíveis membros da chapa e atinge parentes e amigos dos mesmos.

REQUER ainda que a Delegacia Regional do Trabalho realize urgentemente a fiscalização prometida no Frigorífico Umuarama, em Umuarama, para constatar evidentes irregularidades e flagrante desrespeito à legislação vigente ao demitir toda a diretoria da Associação dos empregados, deixando de pagar salários e registrando em carteira valores inferiores aos efetivamente percebidos.

Finalmente, REQUER o envio de cópia deste expediente ao Comitê de defesa dos demitidos - Caixa Postal, 621 - 85900 Toledo - PR e ao Senhor Pedrinho Furlan, R. São João, 1191 - Toledo.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Deputado, fiel ao seu mandato, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias, Governador do Estado, Antônio Lopes Noronha, Secretário de Segurança e Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário da Reforma Agrária, solicitando providências urgentes para esclarecer o acidente (ou não?) ocorrido na Fazenda Cristo Rei, no Município de Nova Cantu, nesta data, matando um lavrador e provocando ferimentos graves em outros seis, envolvendo um trator particular e um ônibus da Prefeitura local.

REQUER ainda que as mesmas autoridades empenhem todo o seu esforço e autoridade, provenientes do exercício de suas respectivas funções, para evitar despejos e violências contra trabalhadores sem-terra paranaense em suas ações, além do que, agilizem o processo de Reforma Agrária para que a maior parte destes trabalhadores possam participar do processo produtivo diminuindo o estado de tensão, marginalização e miserabilidade em que atualmente se encontram.

Finalmente, REQUER o envio de cópia deste expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Nova Cantu e à Secretaria Estadual dos Sem-Terra - Rua Dr. Muricy, 542 - 7.º, sala 706 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício à Secretaria da Reforma Agrária do Estado do Paraná, solicitando que os sem-terras assentados provisoriamente na Fazenda Vasto

Horizonte, no Município de Tibagi, tenham preferência nos futuros assentamentos definitivos, a serem realizados em áreas a serem desapropriadas.

São trinta e oito famílias que estavam acampadas na localidade de Barra do Lontra, no Município de Salto do Lontra. Em razão do acordo formalizado com o governo do Estado do Paraná, estas trinta e oito famílias de lá foram deslocadas para Tibagi, onde, provisoriamente, aguardariam o assentamento definitivo. A Fazenda Novo Horizonte, já desapropriada, está reservada para os sem-terra que foram deslocados de Francisco Beltrão.

Assim, para resguardar seus direitos e cumprir o acordo firmado com o Governo do Estado, é que se justifica o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Dr. Ivan Gradowski, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando ao mesmo a reativação do Posto de Qualificação Eleitoral do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Posto de Qualificação Eleitoral do Município de Sarandi foi desativado em abril do corrente ano, desde então vem ocorrendo a evasão de eleitores daquele município, que procuram regularizar sua situação eleitoral em municípios vizinhos, principalmente no Município de Maringá, devido a sua localização geográfica muito próxima. O Município de Sarandi conta hoje com aproximadamente 17 mil eleitores, o que por si só justifica o funcionamento de um posto naquele município. É importante ressaltar também que a Prefeitura do Município de Sarandi está disposta a fornecer toda infra-estrutura necessária para o funcionamento deste posto, inclusive pessoal e impressos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas, solicitando estudo da viabilidade da construção e implantação de uma escola de primeiro grau no bairro denominado Vila Bosque, na Cidade de Maringá.

1. GOVERNADOR DO ESTADO, Sr. ÁLVARO DIAS;

2. SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FINANÇAS, Sr. LUIZ CARLOS JORGE HAULY;

3. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Sr. BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Segundo reivindicação dos moradores daquele bairro, que encontra-se em franco desenvolvimento, os alunos lá residentes são obrigados a estudar em colégios localizados em bairros distantes de suas residências, colocando desta forma em risco a vida das crianças e causando intranquilidade aos pais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas, solicitando estudo da possibilidade da implantação de iluminação pública na Rodovia do Café, trecho entre Maringá e Sarandi.

1. GOVERNADOR DO ESTADO, Sr. ÁLVARO DIAS;

2. SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES, Sr. HEINZ GEORG HERWING;

3. SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FINANÇAS, Sr. LUIZ CARLOS JORGE HAULY;

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Este trecho da Rodovia do Café é hoje bastante movimentado por ciclistas e pedestres, principalmente no período noturno. A ausência de iluminação tem preocupado seus usuários, principalmente pela grande incidência de acidentes e assaltos ocorridos naquele local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a implantação, em caráter prioritário, de uma Escola Técnica Federal no Município de Maringá, primordialmente com os cursos de Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica, conforme ampla justificativa em anexo.

1. Ministro da Educação, Senhor Jorge Bornhausen.

2. Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor.

3. Secretária da Educação do Município de Maringá, Senhora Cláudia Aparecida Nero.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que Maringá se encontra localizada em região geográfica privilegiada e, como decorrência natural do seu cuidadoso planejamento, polariza um vasto rol de municípios;

Considerando que Maringá destaca-se como um dos maiores centros produtores da região Sul do Brasil, contando com grandes e destacados empreendimentos nas áreas comercial, industrial e agropecuária;

Considerando que Maringá, apesar de contar com uma universidade de elevado nível científico e que propicia a formação de um contingente importante de mão-de-obra especializada, ainda permanece deficiente em muitos setores da atuação humana;

Considerando que Maringá sedia as Superintendências Regionais de Empresas Estatais como a TELEPAR, SANEPAR, COPEL e também abriga empreendimentos valiosíssimos da iniciativa particular que atuam no ramo da eletrotécnica, eletrônica, mecânica e em outras operações similares;

Considerando, em contrapartida, que o seu mercado interno de trabalho, ainda assim, apresenta-se consideravelmente debilitado com a falta de profissionais especializados nessas áreas de prestação de serviços;

Considerando que mesmo diante da propalada recessão noticiada pelos veículos de imprensa o crescimento das opções nesses campos é notoriamente conhecido;

Considerando que para preencher a demanda de mão-de-obra existente muitas dessas empresas são obrigadas a buscar técnicos em diferentes pontos e estados brasileiros, fator que vem colaborando no sentido de que hajam excessivas especulações, e, como resultado óbvio, os custos de manutenção destes profissionais tornam-se preocupantes e quase que insuportáveis para muitas empresas, sobretudo da iniciativa particular.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor PAULO BROSSARD, Digníssimo Ministro da Justiça, no sentido de que seja criada e instalada na Cidade de Pato Branco, Paraná, a Junta de Conciliação e Julgamento. Com cópias ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

A cada dia que passa se avoluma o número de reclamações trabalhistas ajuizadas

no Município e comarca de Pato Branco, de sorte que já é quase impossível para o Magistrado daquela comarca levar a bom termo suas funções, uma vez que só o número de ações trabalhistas em andamento naquele Juízo perfazem um total de 415 processos, conforme dados em anexo. Só este fato já é motivo para que se crie uma Junta de Conciliação e Julgamento no Município, além do que, também há necessidade de lembrar que existem inúmeros municípios jurisdicionados à Comarca de Pato Branco.

Outrossim, esse benefício vem de encontro aos anseios trabalhistas que terão suas ações julgadas com maior rapidez, beneficiando a laboriosa classe. Encarecemos a necessidade de sua instalação, em face de Pato Branco ser um importante município pólo regional e constituir-se em uma comunidade que tem a melhor infra-estrutura dentro do âmbito estadual, o que justifica plenamente o pedido.

PODER JUDICIÁRIO**COMARCA DE PATO BRANCO****JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL****CERTIDÃO**

Certifico, a pedido de pessoa interessada e para os fins que se fizeram necessários, que revendo neste Cartório e Juízo Cível os feitos em andamento, além das ações cíveis encontram-se 415 (quatrocentos e quinze) ações de Reclamatórias Trabalhistas, com as fases de andamento a seguir discriminadas:

Reclamatórias em andamento	415
Com audiência preliminar	13
Com Instrução e Julgamento - 1987 96	
Idem, Idem para 1.988	92
Idem, Idem para 1.989(até abril) 36	
Em grau de recurso no T.R.T.	81
Outras fases aguardando em Cart. .97	
Soma total	415...415

OUTROS DADOS - Reclamatórias Trabalhistas registradas

Em 1.982.....	55
Em 1.983.....	118
Em 1.984.....	210
Em 1.985.....	387
Em 1.986.....	422
Em 1.987, até 06.05.....	76

Total.....1.268

Era o que me foi pedido certificar. Eu, Helio Constantinopolos, Escrivão, o subscrevi, dato, dou fê e assino.

Pato Branco, em 08 de maio de 1.987.

HELIO CONSTANTINOPOLOS
ESCRIVÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício a Sua Excelência Reverendíssima Padre Matheus Elias pelo agraciamento do Título de Cidadão Honorário do Município de Doutor Camargo, que dar-se-á no dia 29 de maio de 1987, nas dependências do Legislativo local.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, propondo a criação de um plano de austeridade econômica, a partir dos seguintes pontos básicos:

1. Redução do déficit público através da diminuição dos gastos de custeio, ao invés da elevação de impostos, ou através da criação de empréstimos compulsórios.

2. Combate efetivo à inflação, possibilitando a retomada dos investimentos, exigindo assim maior estabilidade na política econômica.

O plano, após elaborado, deverá ser submetido à aprovação do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, para normalizar as relações do País com os bancos credores.

1. Ministro do Planejamento, Dr. Aníbal Teixeira.

2. Ministro da Fazenda, Dr. Luís Carlos Bresser.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora Débora Dias, Digníssima presidente da PROVOPAR, solicitando auxílio financeiro para a A.P.M.I. da cidade de Ourizona.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Recebemos nesta data correspondência da presidente e secretária da referida entidade, Senhoras Irene Tasso Savoldi e Terezinha C.M. Barbosa, solicitando auxílio financeiro para fazer frente aos graves problemas financeiros que a entidade enfrenta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a A.P.M.I. da cidade de Ourizona.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade atravessa uma situação difícil em função da defasagem orçamentária com o fracasso do Plano Cruzado. Justifica-se o pedido de auxílio pois a A.P.M.I presta serviços relevantes à comunidade, através do trabalho dinâmico das senhoras Irene Tasso Savoldi e Terezinha C. M. Barbosa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Rita de Cássia, localizada no Lar Paraná, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A referida creche desenvolve um excelente trabalho no atendimento às crianças daquela localidade. Entretanto, em função da defasagem de suas previsões orçamentárias, necessita de apoio financeiro para continuar com seu importante e necessário trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, mui digníssimo SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no sentido de que seja enviado esforços para a pavimentação asfáltica, ligando os Municípios de Iporã a Palotina, passando pelo Distrito de Oroitê e na localidade de Porto Catarinense, respectivamente.

Da aprovação deste, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Iporã, e aos Senhores; João dos Santos, Rua Pedro Álvares Cabral, 2830; João Costa, Rua Katusu Nakata, 1614, e Bertolo Troyo, Avenida Getúlio Vargas, 1940, residentes no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

As comunidades de Iporã e Palotina, sem dúvida alguma, muito se beneficiarão com o asfaltamento do trecho acima aludido, principalmente ao se considerar que os Distritos separados pelo Rio Piquiri recebem grande movimento de veículos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, mui digníssimo SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, para que seja viabilizado a criação de 2.º Grau, na Escola Estadual Narciso Mendes, Ensino de 1.º Grau, nesta Capital.

Após aprovação, REQUER, ainda, que seja dado ciência a ilustre diretora do referido estabelecimento.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta se respalda na inexistência de escolas de segundo grau com capacidade suficiente para acolher o grande contingente de alunos egressos de primeiro grau, na região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor JORGE KONDER BORNHAUSEN, digníssimo MINISTRO DA EDUCAÇÃO, solicitando informações a respeito do atual estágio em que se encontra a criação da Escola Agrotécnica de Umuarama.

Após aprovado, REQUER que se dê ciência ao ilustre Vereador Sebastião Calixto Barbosa, mui digno Líder do Partido da Frente Liberal em Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Umuarama, após a etapa de escolha e decisão sobre o local adequado para a instalação da referida escola, mais nada soube a respeito do referido projeto, uma vez que a intermediação de órgãos estaduais cessou após o envio dos documentos ao MEC. Em assim sendo, requeremos informações detalhadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, em Regime de Urgência, que seja enviado expediente

ao Ilustríssimo Senhor Doutor WILSON DE ANDRADE RIBEIRO, digníssimo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, solicitando auxílio financeiro para Casa do Pobre São Francisco de Assis, no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama.

Uma vez aprovado, REQUER se dê ciência ao ilustre Senhor Leonardo Pizo, Presidente da Entidade aludida (avenida Principal, s/n.-Ivaté); Senhor Antônio Moresca (avenida Paraná, 2051, Ivaté) e ao Senhor Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal em Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Pobre São Francisco de Assis presta excelente serviço à comunidade local, no atendimento aos carentes, que necessitam de cuidados e principalmente de veículo para transporte em atendimento à população.

Os recursos servirão, principalmente, para este último fim, pois a aquisição de um utilitário, mesmo usado, irá em muito ajudar a entidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, BASÍLIO ZANUSSO, Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, no uso de suas atribuições, REQUER, nos termos da Constituição Estadual e do Regimento Interno, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando que sejam dadas respostas específicas aos 35 quesitos constantes do pedido de informações de sua autoria, sobre despesas de comunicação social, aprovado pela Assembleia Legislativa na Sessão do dia 18 de março de 1987.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor GILBERTO GARBI, Digníssimo PRESIDENTE DA COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ-TELEPAR, no sentido de serem viabilizados estudos para a ampliação da rede telefônica do Distrito de Oroitê, no Município de Iporã.

Da aprovação, REQUER se dê ciência do referido expediente aos Senhores: João dos Santos (rua Pedro Álvares Cabral, 2830); Bortolo Troyo (avenida Getúlio Vargas, 1940); e João Costa (rua Katisu Nakata, 1614); residentes no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

As condições em que se encontra o Sistema de Comunicação do Município de Iporã têm causado transtornos aos usuários da telefonia, pois é sabido sobre o alcance social que este veículo de massa leva às comunidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, HEINZ GEORG HERWIG, solicitando gestões, no sentido de que seja incluído o trecho da estrada municipal que liga o Bairro dos Franças até a localidade de Vista Alegre, numa extensão de 20 km, no Município de Ortigueira, no plano de obras de pavimentação asfáltica do "Programa Paraná Rural".

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A par de tantos outros benefícios que poderão advir da execução das obras de pavimentação asfáltica no trecho que liga Bairro dos Franças a Vista Alegre, há que se atentar para o fato de constituir-se aquela região num dos setores de grande produção agrícola do Município de ORTIGUEIRA, então integrado pela Região de Bairro dos Franças, Rio do Tigre, Pinhalzinho, Legeado Seco, Rio Pereira e Vista Alegre, e a execução dessa importante obra do Governo do Estado, proporcionará, inegavelmente, facilidades ao escoamento de aproximadamente 40% da produção agrícola, com reflexos os mais positivos ao desenvolvimento sócio-econômico do promissor Município de ORTIGUEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da FUNDEPAR, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando recursos financeiros para aquisição de instrumentos musicais para o "Grupo Musical Energia Solar", formado por alunos do primeiro e segundo grau do Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade, localizado na Municipalidade de Quitandinha.

Trata-se de reivindicação bastante antiga, pois de há muito tempo vem sendo pleiteada a destinação de instrumentos musicais para a perfeita formação daquele Grupo Musical, visto que o Colégio não tem podido participar condignamente das con-

centrações alusivas às exaltações cívicas.

Atendendo-se o pedido da Professora Neusa do Rocio Rocha dos Santos, Inspetora Municipal de Educação, o qual solicita-se seja remetido junto com este, espera-se por parte dessa Fundação e Secretaria de Estado a adoção de medidas que resultem na concretização do presente assunto.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

MUNICÍPIO DE QUITANDINHA

Estado do Paraná

INSPETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Excelentíssimo Senhor

Doutor RENE ARIEL DOTTI

Digníssimo Secretário de Estado da Cultura
CURITIBA - Capital

Professora NEUSA DO ROCIO ROCHA DOS SANTOS, infra-assinada, ocupante do cargo de Inspetora Municipal de Educação, neste Município de QUITANDINHA, Estado do Paraná; vem, com o devido respeito, requerer a Vossa Excelência que se digne conceder um auxílio financeiro, de acordo com o programa do Governo, no montante de Cz\$ 30.000 (trinta mil cruzados) ao "GRUPO MUSICAL ENERGIA SOLAR", formado por alunos do segundo grau do Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade de primeiro e segundo grau da sede deste Município, para aquisição de instrumentos musicais, conforme documento anexo.

Nestes termos

Pede e Espera

Deferimento

Quitandinha, 24 de abril de 1987.

Prof. NEUSA DO ROCIO ROCHA DOS SANTOS

INSPETORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ofício N. 01/87

Quitandinha, 07 de abril de 1987

Senhora Inspetora:

O presente tem a finalidade de informar Vossa Senhoria que por iniciativa nossa, há meses atrás, demos início a um Conjunto Musical, o qual deverá levar o nome "Energia Solar". Mas como é de seu conhecimento, não é fácil, por isso gostaríamos de contar com sua colaboração, nos apoiando através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Pretendemos alcançar nossos objetivos, contando com seu apoio, o qual muito nos ajudará.

Sendo só para o momento, ficaremos na expectativa de seu pronunciamento, e renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Elcio Everaldo Czarneski

Everson Alexandre Lipinski

Joel Pedro Mordaski

Rogério Pachek
José A. Santos Júnior
Edina M. Santos

Ilma. Senhora
Neusa R. Rocha dos Santos
Inspetora Municipal
QUITANDINHA - PARANÁ

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 86/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O artigo 171 da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter o seguinte § 3.º:

"Art. 171 -

§ 1.º -

§ 2.º -

§ 3.º - Para as mulheres a incorporação desses acréscimos se dará ao completar vinte e seis anos de exercício."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(aa) HERMAS BRANDÃO,

PIRAJÁ FERREIRA,

NELSON VASCONCELLOS,

NILTON BARBOSA e

AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O referido artigo 171, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, concede ao funcionário que completar trinta anos de serviço o direito ao acréscimo aos vencimentos de cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Como as mulheres adquirem o direito à aposentadoria ao completar trinta anos de serviço e mantida a atual redação do artigo 171, elas não teriam a necessária equidade ao citado benefício.

Tal é o motivo de nosso Projeto de Lei Complementar, que esperamos possa contar com o indispensável apoio dos nobres Pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 84/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a SOCIEDADE BENEFICENTE OPERÁRIA PALMENSE, com sede e foro na Cidade de PALMAS.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a tradicional SOCIEDADE BENEFICENTE OPERÁRIA PALMENSE, fundada em 1.953, que desde a sua fundação vem prestando relevantes serviços gratuitos à comunidade. A entidade não possui recursos financeiros suficientes para a sua manutenção e sua Diretoria não percebe vencimentos, dividendos ou bonificações a nenhum título. Os documentos apresentados preenchem os requisitos da Lei n. 6994, de 10.01.78. Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 85/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Viajantes do Sudoeste Novo, sediada na Cidade de Francisco Beltrão-PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em julho de 1983 e devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Francisco Beltrão, sob n. 320, Livro "A", em data de 14 de setembro de 1983, a Associação dos Viajantes do Sudoeste Novo é entidade beneficente sem fins lucrativos, mantendo-se ativa pelo exclusivo trabalho dos seus associados e sendo a sua receita proveniente da contribuição dos congregados, a que se somam valores recolhidos por meio de promoções em sua sede, das quais participam os sócios, convidados e a população em geral, não só do Município de Francisco Beltrão, como de municípios vizinhos.

A receita é totalmente aplicada em favor dos objetivos da entidade - lazer e assistência aos sócios e familiares. Os membros da diretoria não recebem remuneração ou vantagens a qualquer título, depreendendo-se que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela lei pertinente para gozar do favor que a ela estamos propondo pelo presente projeto de lei. Tem prestado à comunidade sudoestina reconhecidos serviços e seus membros associados, sob o manto da associação, têm dedicado muito de suas atividades em favor da população, especialmente em casos de emergência, quando a rapidez é reclamada, sempre gratuitamente e com desprendimento, razão porquê suas promoções alcançam sucesso, prestígio e participação da sociedade em geral.

O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA pois, outorgado pela Assembléia Legislativa do Paraná, se transformará no próprio aval do reconhecimento já concedido pela sociedade do Sudoeste do Paraná a essa Associação, que tem promovido campanhas de agasalho, de doações a famílias carentes e serviços de socorro em geral.

Baseia-se, portanto, o presente pedido, no trabalho executado pela entidade em favor da comunidade que a acolheu, pelo que esperamos seja acolhido simpaticamente pelos nobres Pares da Assembléia Legislativa do Paraná.

PROJETO DE LEI N. 087/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública a "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Alexander Fleming", com sede e foro em Ponta Grossa.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro em Ponta Grossa, está devidamente registrada no cartório competente desde 12 de abril de 1971. Encontra-se em plena atividade e sem fins lucrativos. Conforme determina o seu estatuto, "sua finalidade consiste em práticas filosóficas, fraternidade universal entre maçons e a filantropia em geral, objetivando sempre o aprimoramento do indivíduo como elemento e integridade da sociedade, fazendo observar sempre a obediência às leis do País, a viver com honra e dignidade, procurar por todos os meios fazer justiça, trabalhando sem descanso para a felicidade e progresso do gênero humano. Procurando dentro de suas disponibilidades, suavizar o sofrimento de todos aqueles que necessitam. Trabalhar pela extinção do analfabetismo, pregar constantemente o civismo nacional e propagar os direitos do homem".

Portanto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos Pares, solicitando ao final a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 088/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar as Instituições declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, das taxas de água e de energia elétrica.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor

na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, e 03.06.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamto: Raul Lopes, Erondy Silvério, David Cheriegate, Luiz Antônio Setti, João Arruda, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Antônio Belinati, Alexandre Ceranto, Haroldo Rodrigues Ferreira e Pedro Tonelli.

JUSTIFICATIVA:

As entidades reconhecidas de Utilidade Pública tem como objetivo o atendimento da educação, saúde, segurança social e na formação moral, religiosa e social das pessoas carentes.

São do conhecimento geral as dificuldades que têm passado estas instituições, inclusive com a pouca ajuda concedida pelo Governo Estadual ou Municipal, vivendo às duras penas de contribuição e doações.

Não bastasse suas dificuldades financeiras, são obrigadas ainda ao pagamento das taxas de água e energia elétrica.

O presente Projeto de Lei, visa justamente fazer com que o Estado pelo menos auxilie estas instituições com a isenção do pagamento destas tarifas, básicas para o pleno funcionamento das instituições. Ademais, o Projeto de Lei é meramente autorizatório, o que não conflita com a Constituição do Estado e nem afeta a matéria financeira.

Assim dado o caráter social do referido projeto, esperamos o apoio necessário desta Colenda Casa, com sua aprovação final.

Reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

PROJETO DE LEI N. 089/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - As instituições declaradas de Utilidade Pública pelo Estado do Paraná, poderão nas prestações de contas das verbas recebidas através de convênios ou doações do Estado, município, ou autarquias estaduais e municipais, apresentar notas fiscais e recibos de todos os gastos efetivamente realizados pela entidade, inclusive com despesas de luz, água, telefone, tributos e taxas de qualquer natureza, despesas de pessoal e encargos sociais, isto é, 100% dos valores efetivamente despendidos.

Art. 2.º - As despesas de pessoal e encargos sociais referidos no artigo 1.º - são aquelas realizadas pelo pessoal da administração contratados diretamente pela instituição e sob sua responsabilidade trabalhista.

Art. 3.º - Não poderão ser utilizados para a comprovação de despesas recibos de

pagamentos de autônomos, ou outro qualquer pagamento de mão-de-obra de quem não seja contratado pela instituição nos termos da lei trabalhista.

Art. 4. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamto: Raul Lopes, Erondy Silvério, David Cheriegate, Luiz Antônio Setti, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Antônio Belinati, Alexandre Ceranto, Pedro Tonelli, Caíto Quintana e Valderi Mendes Viçela.

JUSTIFICATIVA:

A maioria de equipamentos de Ação Social do Estado do Paraná é desvinculada do Estado. Serve-o, no entanto, mediante convênios, onde o Poder Público é extremamente avaro, para não dizer opressor, e as instituições primam pela eficiência, funcionando como pronto-socorros onde se estanca a chaga da dívida social brasileira.

Os deserdados, os oprimidos pela doença e pela pobreza, em todas as cidades do Paraná dispõem de muito maior oferta de serviços de solidariedade e promoção social decorrentes das instituições ligadas as várias denominações religiosas e ao trabalho comunitário motivado pela compaixão do que da oferta de serviços públicos.

O Estado, na Região de Curitiba, por exemplo, só dispõe de alguns equipamentos herdados de administrações do período provincial, da chamada República "café com leite", e da gestão eficiente do Interventor Manoel Ribas. Neste rol estão incluídos: O Leprosário São Roque e o Asilo São Vicente de Paulo, obras do Dr. Caetano Munhoz da Rocha; o Lar das Meninas e a Casa do Pequeno Jornaleiro, obras do Governo Lupion, e de D. Anita Ribas, respectivamente. Há também a Hospedaria do Migrante concluída pelo recentemente extinto PROMOPAR, nesta década; o decadente Abrigo de Campo Comprido, e a Casa de Menores da Vila Izabel.

Para este pequeno rol de entidades oficiais, onde só presidem a eficiência e a boa vontade quando há a presença de congregações religiosas como as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula ou as Irmãs de São Paulo da Cruz, existe um rol de quase milhares de entidades de promoção humana particulares, ligadas às Igrejas Cristãs, à Federação Espírita, à Maçonaria, aos Clubes Comunitários, ou às Sociedades Cívicas de Solidariedade e Misericórdia. Estas são sempre mais eficientes, mais limpas, e sobretudo mais acessíveis aos que as procuram.

Se o Estado é cruel na definição das verbas para convênio, pode-se dizer que também é opressor na exigência das presta-

ções de contas dos poucos recursos que destina às instituições. E o pior, não reconhece como despesas existentes aquilo que as próprias instituições destinam aos Tesouros Oficiais como: encargos sociais (FGTS - PIS - IAPAS), tarifas públicas (água - luz - telefone). Também não reconhece como despesa os gastos com pessoal contratado pelas instituições pelo regime C.L.T.

Os convênios com o antigo PROMOPAR, por exemplo, ou com esta Assembléia (verbas decorrentes da Assistência Social dos Senhores Deputados), recusam prestações de contas que não sejam de despesas com alimentação, roupas, guarnições de cama, mesa e banho, material de serviço ou material permanente. Ignoram que a maior parte das casas de solidariedade recebe estes itens, da comunidade em geral, quando não matém, equipamentos como hortas, criação de animais para consumo, e até padarias caseiras próprias, decorrentes da eficiência laboriosa dos seus gestores.

O grande problema passa a ser a comprovação das despesas nas prestações de contas. Ora, se as instituições não podem apresentar notas com gastos de pessoal, luz, água, telefone, e outras já enumeradas, e utiliza-se dos recursos de convênios para estas despesas, fica obrigada a criar uma fábrica de notas de alimentação, caçando comprovantes que satisfaçam a burocracia oficial e que nem sempre são verdadeiros. Há também o caso de necessidade de compras de notas que satisfaçam a ortodoxia dos burocratas, gerando preocupação e despesa para pessoas e instituições que aliviam a responsabilidade social do Estado.

UM EXEMPLO REAL

Em Curitiba o aporte de deserdados em busca de empregos e tratamento médico terminal, por exemplo, é encaminhado oficialmente pela burocracia agora vinculada a dita Secretaria de Trabalho e Ação Social, a duas Instituições particulares: o Albergue Noturno da Federação Espírita e a Casa do Pobres São João Batista, ligada à Arquidiocese Católica de Curitiba.

No caso da Casa dos Pobres, onde são atendidas seiscentas pessoas por dia, a nível de Hospital de apoio do Erasto Gaertner, das Clínicas, e do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia, ao final do Governo João Elísio, a contribuição oficial era de Cz\$ 30 mil no último mês. Isto num mês onde a despesa com a folha de pagamentos de funcionários leigos foi de Cz\$ 57.488,45, a despesa com encargos sociais foi de Cz\$ 11.910,53 e as despesas com tarifas públicas (água, telefone, luz) foi de Cz\$ 26.528,53, totalizando Cz\$ 95.927,51 recolhidos ao tesouro ofi-

cial. Em compensação, o Albergue gastou Cz\$ 10.615,00 cruzados para suplementar a alimentação, pois o "rancho" foi reforçado por doações de hotéis e restaurantes de Curitiba, e pela generosidade da população que supre a despesa da casa. Houve um gasto de Cz\$ 3.550,00 com combustível para a "Kombi" que pela Cidade recolheu as doações - a maioria feita por telefone, por pessoas que acreditam nas idéias "o que vos sobra é o que falta na Casa dos Pobres...". NESTE ESPÍRITO, ESPERAMOS APOIAMENTO E APROVAÇÃO.

Este exemplo real nos leva a sugerir à esta Colenda Casa o presente Projeto de Lei que, em tempo, alertamos, não interfere em matéria financeira, não invade as prerrogativas constitucionais do Senhor Governador, e nos dá a todos - inclusive ao chefe do Poder Executivo - a chance de contribuirmos com atos concretos, além do discurso, para a urgente diminuição da dívida social que estampa nos generosos horizontes deste Brasil e quadro de "Belíndia" - isto é: uma sociedade muito rica que convive com os infinitamente pobres, ou seja, uma mistura de Bélgica e Índia, como já disse certa vez um poeta nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1. orador inscrito, Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara.

O SR. LAURO LOBO ALCÂNTARA - Senhor Presidente Senhores Deputados.

Tivemos oportunidade de participar nos dias 28 e 29 último, da Assembléia do Conselho Interparlamentar da UPI, onde foi extraído o documento denominado "Compromisso de Goiânia", o qual temos incumbência de transmiti-lo aos nobres Pares. (Lê):

"COMPROMISSO DE GOIÂNIA

Reunido, em Assembléia, no Estado de Goiás, o Conselho Interparlamentar da UPI, resolve tornar público o seu compromisso de Goiânia, traduzindo o pensamento e a crescente preocupação da classe política brasileira com o encaminhamento do processo sócio-econômico do país, cuja perspectiva hoje, a curto prazo, é de atingir um desordenamento social, de previsível consequência.

Tornam público a manifestação e o desejo de transformar as Assembléias Legislativas em Assembléias Constituintes, após e imediatamente a promulgação na nova Constituição brasileira, para elaborarem as Cartas constitucionais dos Estados, que representam os legítimos anseios de transformação e desenvolvimento de cada unidade da federação. Somente assim o es-

pírito nacionalista estará preservado e assegurada a maior representação da nacionalidade, resguardando as características regionais de cada unidade federativa.

Tornam público a proposta de uma moratória pelo prazo de 180 dias a contar de sua decretação, de modo a atingir todos os débitos públicos contraídos por Estados e Municípios, estes assumidos pela União, Micros e Médias empresas, produtores rurais e todos aqueles contraídos sob os efeitos de Plano Cruzado.

Justificam os signatários que no auge do novo Plano Econômico do Governo Federal, sob o estímulo dos juros inferiores a 2%, a economia foi reacquecida gerando milhões de pequenos empregos em todo o território nacional. Hoje, a situação é diferente e sob o desencanto do Cruzado II, fustigados pelos juros acima de 30% o povo e a economia estão inadimplentes. A moratória proposta a juros mensais de 3% seria não a solução, mas a forma de amenizar e dar um prazo para que o Brasil se reencontre e busque o caminho de seu futuro.

Defendem, ainda, os signatários do "Compromisso de Goiânia" que os benefícios fiscais e isenções tributárias concedidos pela União sobre os Estados, somente vigorarão após a aprovação pelas respectivas Assembléias Legislativas.

Do mesmo modo alertam para a grande responsabilidade da Instituição, indicando que os Conselhos Seccionais da UPI, a curto prazo, analisem e promovam o debate junto à sociedade brasileira das questões levantadas já em relatórios das Comissões e Subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte, ressaltando com grande preocupação o problema do monopólio estatal do petróleo, a desnacionalização da indústria brasileira, questão da terra, diretrizes do ensino, garantias, liberdades e outros direitos dos cidadãos, voto distrital, sistemas de governo e sua aplicação nos Estados, entre outros.

A convivência com uma recessão já declarada assume proporções que não pode ser avaliada.

Da mesma forma, os signatários defendem uma reforma tributária abrangente e justa, descentralizando do Poder Central para redistribuir mais equitativamente o grande bolo nacional. É essa a grande solução para todos os problemas dos Estados e Municípios. Sem uma reforma tributária justa o Brasil estaria frustrado e seus administradores a níveis de Estados e Municípios continuariam na mendicância diária a que vivem relegados.

Entendem, finalmente os signatários que é chegado o grande momento de devolver aos legisladores as prerrogativas do Poder Legislativo. Nenhuma nação é forte sem que seus poderes constituídos sejam fortes e

harmônicos entre si. As prerrogativas defendidas com todo o ardor representam o amanhecer de um Poder Legislativo ativo e sereno, justo e equilibrado e em condições plenas de legislar em favor do povo. Crêem, os Deputados Estaduais do Brasil, representados por sua instituição maior, a União Parlamentar Interestadual, que este "Compromisso de Goiânia" será o marco inicial de uma caminhada histórica em favor do País, seu povo e sua gente, mantendo-se vigilante em relação aos trabalhos constituintes e pronta para unir esforços com a sociedade civil para ver refletidos na nova Carta Magna os anseios democráticos da sociedade brasileira.

Goiânia, em 29 de maio de 1987."

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores colegas Parlamentares.

Neste Pequeno Expediente, estamos reproduzindo, na íntegra, uma carta que recebemos das Igrejas de Marabá, Conceição do Araguaia, Camépa e Xingu, denunciando arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores rurais na Fazenda do Banco Bamerindus, localizada no Pará.

A carta diz o seguinte: (Lê):

"Nós, os quatro bispos do Centro e Sul do Pará, reunidos em Belém, refletimos sobre os trágicos e cruéis acontecimentos ocorridos nos últimos meses em nossas Igrejas e "compartilhamos com nosso povo as angústias que brotam da falta de respeito à sua dignidade de ser humano, imagem e semelhança do Criador e a seus direitos inalienáveis de filhos de Deus" (DP 40).

A história do nosso povo, história triste e sofrida, é conhecida até fora do País. Talvez as mais negras páginas de violência e arbitrariedade foram escritas com o sangue e sofrimento desse povo.

A esperança eufórica que nasceu nos corações de tantos brasileiros com o advento da Nova República, a confiança do homem humilde do campo nas promessas da Reforma Agrária, estão morrendo, cedendo lugar ao desânimo, à frustração e em muitos lugares, ao medo e ao terror.

No início de fevereiro de 1987 articulou-se, mais uma vez em nossa região, sob pretexto de garantir a paz e a tranquilidade, uma operação de desarmamento. A operação foi violenta em vários lugares. A Polícia Militar do Estado do Pará, sob o comando do Cel. Antônio Carlos da Silva

Gomes, desencadeou uma verdadeira caça aos posseiros e às suas famílias. Entre os lugares onde essa polícia deixou o rastro de sua barbárie e violência queremos destacar Paraúna e o Monte Santo, distrito de São Geraldo, no município de Xinguara e a área de São Félix do Xingu.

Temos em nossas mãos depoimentos de posseiros, laudos médicos, declarações de autoridades, depoimentos de sindicatos dos trabalhadores que relatam os tristes acontecimentos. Tendo a sede da Fazenda do BANCO BAMEERINDUS como quartel general e sob o comando do Capitão Saldanha, cerca de 100 soldados e pistoleiros vestidos com fardas da PM, portando fuzis e metralhadoras, investiram contra os povoados. Mulheres estupradas, crianças amarradas e penduradas pelos cabelos, obrigadas a servir de chamariz para os pais; homens amarrados e espancados com coronha de fuzil, pisoteados e chutados, forçados a comer excrementos de animais, engolir cigarros e folhas com espinhos; bombas de gás lacrimogênio atirados no templo da Assembléia de Deus; tiros ininterruptos e espancamentos dentro da igreja católica; cabelos cortados a facção; contínuas ameaças de depravação sexual; saques e roubos generalizados; interrogatórios sob coação dentro da sede da Fazenda Bamerindus; mulheres grávidas e crianças tendo que rastejar na lama e entre formigueiros enquanto as balas zuniam por sobre as cabeças. Assim se pretendeu levar a paz e a tranquilidade ao campo numa operação que contou com o apoio de viaturas, aviões, rádios, alimentação e alojamento para os soldados nas fazendas Bamerindus, CIB, Pau Ferrado e Pau Preto.

Estes acontecimentos são aterradores. Mais aterrador ainda é o fato de que eles são apenas uma pequena amostra do terror que nosso povo está vivendo. Inaceitáveis são os despejos ilegais e arbitrários nas Colônias da Gleba Maguari, em São Félix do Xingu, com posseiros e padres ameaçados de morte. Assustador é o quadro de trabalho escravo em toda região.

O que dizer das incontáveis prisões ilegais e despejos arbitrários, dos bárbaros assassinatos com mutilações e torturas? O que dizer da impunidade total e da cumplicidade descarada da Polícia, do Poder Judiciário e mesmo do Executivo? Basta! Deus está sendo negado, quando o homem criado à sua imagem e semelhança é assim massacrado!

O ensinamento social da Igreja nasceu do encontro, da mensagem evangélica e de suas exigências no mandato supremo do amor. Esse mandamento conduz ao pleno reconhecimento da dignidade de cada homem e de seus direitos. Por isso o mandamento supremo do amor exige a justiça. Com os bispos em Puebla "professamos que todo o

homem e toda a mulher, por mais insignificantes que pareçam, têm em si a nobreza inviolável que eles mesmos e os demais devem respeitar e fazer respeitar incondicionalmente; professamos, também, que toda a vida humana merece, por si mesma, em qualquer circunstância, sua dignificação" (DP 317). A paz dos homens jamais será fruto da violência, será sim fruto da justiça e do amor.

Belém, 05 de abril de 1987.

ALTAMIRO ROSSATO

Bispo de Marabá

PATRÍCIO JOSÉ HANRAHAN

Bispo de Conceição do Araguaia

JOSÉ ELIAS CHAVES

Bispo do Cametá

ERWIN KRAUTLER

Bispo de Xingu"

Esses são acontecimentos lamentáveis em que nós, homens públicos do Paraná, não podemos admitir; é inadmissível uma empresa como o Bamerindus usar esse tipo de tratamento num Estado vizinho, nesta mesma Nação.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Concedemos a palavra novamente ao Senhor Deputado Pedro Tonelli por 30 minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras.

Nós, Parlamentares desta Casa, estamos investidos de um grande compromisso, compromisso político - é claro de defender os interesses da população como também de zelar pelos seus direitos.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, juntamente com um colega Parlamentar de uma outra agremiação partidária, Deputado Algaci Túlio, estamos nesta data, iniciando a coleta de assinaturas dos colegas Parlamentares para constituir uma Comissão Parlamentar a fim de apurar a real situação financeira em que se encontra o Estado do Paraná.

Nos embasamos primeiramente em informações contidas em declarações do próprio Executivo publicadas na imprensa periodicamente, declarações do Secretário de Estado das Finanças em relação à situação financeira e econômica do Estado do Paraná.

O ex-Secretário - Geroldo Hauer, do Governo João Elísio, declarou que o Paraná arrecadou Cz\$ 1.200 milhões de ICM em janeiro passado e que a folha de pagamento do Estado em janeiro foi de Cz\$ 986 milhões. Quanto a fevereiro o mesmo ex-Secretário Geroldo Hauer declarou que o Estado arrecadou Cz\$ 1.300 milhões, en-

quanto que a folha de pagamento no mês foi de Cz\$ 986 milhões. Em março, segundo previsão, - porque essa declaração do ex-Secretário foi feita na metade de março, alguns dias antes dele sair - a arrecadação para março era de Cz\$ 1.400 milhões de ICM e que com o disparo do gatilho a folha subiria para Cz\$ 1.180 milhões em março. Em abril, não temos a receita do ICM, mas a folha de pagamento do Estado foi para Cz\$ 1.360 milhões.

E assistimos na semana passada a declaração do Governador do Estado que suspenderia o pagamento do gatilho a partir do mês de maio, por um período de 60 dias, em virtude do déficit financeiro do Estado.

O ex-Secretário Geroldo Hauer, na metade de março, previu que o ICM este ano teria um aumento significativo, principalmente pela super safra estimada em torno de 16 a 17 milhões de toneladas. Pelo que sabemos, esta safra foi confirmada já que nenhuma catástrofe climática atingiu o Paraná. Muito pelo contrário, o governo faz propaganda da super safra. Ela existe mesmo ou seria uma forma de explicar a não aplicação da reforma agrária?

Confirmada a super safra, o Paraná, segundo as previsões de Geroldo Hauer, teria uma arrecadação neste ano de cerca de Cz\$ 20 bilhões, sendo que a super safra já se refletiria sobre o ICM arrecadado em maio.

Estamos no mês de junho e o atual Secretário de Estado das Finanças, Senhor Luiz Carlos Hauily, veio a público dizer que o Paraná vai falir em quatro meses.

Percebemos que nos diários oficiais publicados na semana passada, nos dias 22, 26, 28 e 29 de maio no que diz respeito aos atos do Executivo, a publicação de cobertura de crédito suplementar, em virtude do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, no valor de Cz\$ 800 milhões.

Portanto, é preciso que se explique...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência.

É preciso que se explique e se esclareça como um Estado que está em falência e repentinamente publica no "Diário Oficial" que o Governo, através de cobertura de crédito suplementar, está repassando recursos por motivos de excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado.

Estes Cz\$ 800 milhões dariam para pagar dois gatilhos do funcionalismo público.

Mas o que mais surpreende são as declarações discordantes feitas pelos homens que hoje dirigem a Secretaria de Estado das Finanças. O titular da Secretaria

de Finanças preconiza a falência do Estado em quatro meses, dizendo que o Estado, devido à alta inflação, está com a arrecadação defasada e não tem recursos financeiros para sustentar a máquina e pagar os funcionários. O Coordenador de Administração Financeira do Estado, através da Secretaria de Finanças, Senhor José Pio Martins, falando ao Jornal "Folha de Londrina" de hoje, 03 de junho de 1987, diz que o Estado não arrecada porque quando o caos se aproxima, a primeira coisa que o empresário faz é sonegar os impostos. E revela que a folha de pagamento do Estado é de Cz\$ 2.116 milhões, com aumento de 116% de março para maio. Ora, como se justifica que houve um aumento de 116% quando os aumentos são regulamentados pelo gatilho e o gatilho é de 20 em 20%?

São questões que precisam ser melhor explicadas pelos responsáveis pelas finanças deste Estado. Como também, as declarações feitas sobre a folha de pagamento que, em março era de Cz\$ 1.360 milhões e agora passou para Cz\$ 2.110 milhões.

Gostaria de saber, e creio eu, que todos os Parlamentares de bom senso também, se o que aumentou o custo foram as contratações dos apadrinhados políticos pelo novo Governo ou se foram os grandes salários que aumentaram? Foi o aumento do salário do Governador, que até hoje o Paraná não sabe quanto ganha? Subiram todos os salários altos, como os de Secretários, de Chefias e outros? É isto que gostaríamos de saber.

O Secretário de Finanças, nesta mesma edição da "Folha de Londrina", diz que com a tímida reforma administrativa, o Estado já economizou cerca de Cz\$ 2.500 milhões. Então vejam como as informações são contraditórias e discordantes. Como explicar que o Estado consegue economizar, em pouco mais de dois meses, Cz\$ 2.500 milhões e como vem dizer que a folha de pagamento chegou à Cz\$ 2.110 milhões? Será que não foi a reforma administrativa criando seis novas secretarias e suas outras alterações, as quais foram inclusive denunciadas pelo PT nesta Casa, apontando o aumento dos cargos com altos salários, não foram estes que fizeram aumentar tanto a despesa do Estado?

Afinal, Senhor Presidente e nobres colegas, em quem acreditar? É sério um Governo que divulga dados tão contraditórios que afrontam as mais elementares normas de bom senso? Como explicar que a reforma administrativa trouxe contenção de despesas? Como explicar que a reforma administrativa trouxe redução de gastos se a diferença do pagamento do gatilho e da folha foi um aumento de cerca de 50%, enquanto que a folha de pagamento aumentou 116% segundo declarações da própria Secretaria de Fi-

nanças.

Por este motivo Senhor Presidente, Senhores e Senhoras desta Casa, propomos uma Comissão Parlamentar para investigar a atual situação financeira e econômica do Estado. Investigar e apurar quem está mentindo e quem está com a verdade. Porque, se nós não averiguarmos e não levarmos a público, com provas concretas, a verdade do Estado, nós estaremos uma vez mais nos acovardando e estaremos uma vez mais acobertando aquilo que é o nosso real compromisso.

E gostaria de dizer que é importante investigarmos esta situação porque cabe a qualquer pessoa de bom senso desconfiar. Será que este quadro negativo traçado nos cofres públicos não significa simplesmente um motivo para negar o pagamento do gatilho do funcionalismo público do Estado?

Se for isso, é preciso que a população saiba aonde está o real compromisso do Poder Público e do Executivo nesse Estado.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Queria congratulá-lo, Deputado Pedro Tonelli, pelo seu pronunciamento dizendo da importância que tem esta Casa quando prepara uma CPI. Quando programa uma CPI para que todos nós, saibamos a quantas anda o nosso Estado. Porque não é admissível que um Secretário que deixa o Governo fale que o Governo ficou com bastante dinheiro em caixa e outro Secretário, de repente, diga que em quatro meses este Estado vai falir.

Então nós Parlamentares, que devemos aos nossos eleitores esclarecimentos, precisamos ser o "porta-voz" do Governo do Estado, e dizer que realmente o Estado está em dificuldades, e que aquela estrada que o Prefeito pede; aquela rua que o morador pede, a ligação de água, luz ou qualquer outra coisa não pode ser feita porque realmente o Estado não está em condições de governar. Não importa que nós, Deputados da Oposição tenhamos incumbência de chegar aos nossos eleitores e dizer: "realmente o Governo não pode porque o Estado está prestes a falir daqui a quatro meses".

Então queremos saber da verdade, como de fato estão as finanças do nosso Estado, porque se sabe que o ICM foi muito bem arrecadado no ano passado, principalmente pela grande safra colhida pelo Paraná. Ora, se sabemos que houve um grande recolhimento de tributos, temos que perguntar: afinal de contas, o Paraná está bem ou está mal quanto às suas finanças?

Então quero cumprimentar o Deputado pela sua posição e informar que já estamos com o documento elaborado, colhendo assinaturas. Esperamos que os companheiros do

PMDB também assinem esse documento, porque principalmente a eles cabe uma tarefa bem mais difícil que a nossa, de oposição. Para nós é fácil simplesmente dizer: "Não o Governo está mentindo, está cheio de dinheiro. Se ele não quer fazer aquela obra, talvez seja por um problema político". No entanto, os companheiros do PMDB estão numa situação muito mais delicada. Para eles é importante uma CPI que venha a esclarecer o que os governos de José Richa e João Elísio deixaram para o Estado do Paraná e o que o Governador Álvaro Dias está recebendo.

Então, Deputado Pedro Tonelli, queria cumprimentá-lo neste sentido.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço pelo seu aparte, que ressalta a importância de se esclarecer e tornar pública a verdade nua e crua.

Vossa Excelência já deixou claro há muito tempo, através de seus requerimentos, tanto os aprovados como os rejeitados, que está comprometido com o real interesse público e com os recursos de que o Estado dispõe.

Na sequência, concedo aparte ao nobre colega Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado.

Concordo em parte com Vossa Excelência. Acho que o Governador Álvaro Dias, que assumiu recentemente o governo do Estado, tem o real compromisso de cumprir o que apresentou em palanque, quando falou da sua plataforma de trabalho, como o Senhor apresentou a sua, como todos nós apresentamos os nossos ideais, a nossa vontade de servir ao Paraná.

Acompanhando os principais noticiários da televisão brasileira, a rede Manchete, a Globo, a SBT e a Bandeirantes, pode-se notar que não é só o Estado do Paraná que está em situação financeira difícil, pois vários outros estão em estado semelhante. Veja o Senhor que ontem, no pronunciamento do Presidente José Sarney, notava-se uma certa insegurança na sua fala à Nação brasileira. Eu comentava o seu pronunciamento com o Deputado Nelson Vasconcellos, companheiro de Bancada, e ambos sentimos no seu pronunciamento que o Senhor também busca a verdade. Acho interessante que a verdade venha à Casa. Eu também gostaria de saber como está a situação financeira do Paraná, pois temos muita coisa a fazer neste Estado! Se o Governador Álvaro Dias, um Governador jovem, se ele pretende fazer algo pelo Paraná, esta situação precisa ser esclarecida.

Ainda hoje o economista José Pío deu uma entrevista à "Folha de Londrina" dando alguns dados acerca do Paraná. E, recente-

mente, o Dr. Luiz Carlos Hauy, deu uma série de outros dados. Nós Parlamentares ficamos confusos e não sabemos o que está acontecendo.

Mas, acho que não haveria necessidade de uma CPI, mas sim de que o Governador enviasse a esta Casa dados com a real situação das finanças do Estado. Assim poderíamos ajudá-lo, unindo-nos, e fazermos um Paraná próspero, decente, honesto, como Vossa Excelência sempre propôs da tribuna.

Muito obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Permite mais um aparte, Deputado.

(Assentimento).

Veja, Deputado Pedro Tonelli. No final do governo João Elísio, o então Secretário Dr. Geroldo Hauer veio a público e através da imprensa apresentou um balanço das ações desenvolvidas pelo governo do Paraná por meio da sua pasta.

Dizia ele: "O atual Governador do Paraná, João Elísio Ferraz de Campos, deixou as finanças do Estado em perfeito equilíbrio. A arrecadação de ICM atingiu, no ano de 1984, Cz\$ 3,7 trilhões, o maior valor em termos reais já alçado pelo Tesouro Estadual. Em 1985, o ICM paranaense cresceu cerca de 16,7% reais em relação a 1984, e Cz\$ 3,7 trilhões representavam 62,1% do total da Receita Orçamentária do Estado. O desempenho deste tributo e o rígido controle das despesas contribuíram para que o Estado terminasse o ano de 1985 com superavit orçamentário".

O ano de 1986 também foi muito bom para o Paraná, no que se refere ao ICM. Diz o ex-Secretário Geroldo Hauer: "O crescimento da arrecadação foi de 209,1% de janeiro a dezembro, com relação a igual período de 1985. Foi arrecadado um total de Cz\$ 11.563 trilhões".

E no último dia 29, a imprensa estadual publicou declarações do atual Secretário de Estado das Finanças dizendo que o Paraná pode falir em quatro meses. E a previsão do Secretário, nada otimista, é que o Estado do Paraná será obrigado a declarar uma situação de falência dentro de quatro meses, uma vez que o déficit acumulado nos primeiros cento e cinquenta dias do ano já chega a Cz\$ 2,5 bilhões.

Entre as causas imediatas desse quadro deficitário das finanças do Estado, o Secretário alinha o pagamento de sucessivos gatilhos em janeiro, março, abril, o piso do magistério que passou de 2,2 para três salários mínimos e o próprio aumento do salário mínimo.

Então, por esta razão é importante que se coloque uma CPI em discussão e a disposição de toda esta Casa, para que possamos realmente ter os devidos esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço essa oportuna contribuição e realmente não há outra forma a não ser uma CPI. Nós temos que constituir uma Comissão nesta Casa, para investigar detalhadamente, a verdadeira situação financeira, o aumento da folha de pagamento, a redução de custos, e nós temos que buscar as provas para poder denunciar e explicar para a população paranaense aquilo que é o nosso compromisso, que é a prestação de contas de nossa função de legislador que é a de fiscalizar as atitudes do Executivo paranaense. Senão, estaremos exercendo a nossa função pela metade.

Portanto, não podemos admitir que um Estado que está declarando falência em quatro meses, publique em quatro dias no Diário Oficial da semana passada, um excesso de arrecadação cuja metade está sendo destinado num valor de Cz\$ 400 milhões, somente para a Secretaria de Estado da Agricultura, alegando sobre, excesso de arrecadação.

Não podemos admitir também que alguém encarregado das finanças desse estado, venha publicamente dizer que quando começa uma crise econômica, admite-se os empresários passem a sonegar impostos e tributação.

A classe trabalhadora e o consumidor, eles nunca terão a oportunidade de sonegar os impostos. Por que nós admitimos que num momento de crise os empresários venham a negar sua contribuição. Será que eles precisam sonegar a arrecadação para aplicar no mercado financeiro porque os encargos e a tributação ali são menores do que os incidentes sobre os lucros que eles terão?

Isso também, é preciso ser apurado e num governo sério é necessário que se tomem medidas para superar essas "barbáries" que acontecem no Poder Público.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado Tonelli é para parabenizá-lo, porque o Senhor é atento leitor do Diário Oficial, aliás, o Diário Oficial tem sido um dos mais corretos jornais de oposição ao Governo do Paraná. Realmente, é no Diário Oficial que se percebem os atos do Governo. Tantas vezes a nossa imprensa não presta atenção, a grande imprensa não presta atenção, ou a Secretaria de Comunicação Social do Palácio habilmente desvia a atenção da grande imprensa cumprindo o seu "metier" e o seu papel, mas o Diário Oficial revela efetivamente a quantas anda o Governo.

Eu também observava na edição do último dia 28 de maio que havia uma redistribuição de verbas, por excesso de arrecadação,

em quase Cz\$ 400 milhões. Essa redistribuição de verbas por excesso de arrecadação do Tesouro do Estado, se fazia por Decreto do Senhor Governador, do mesmo Governador que condena o Gatilho Salarial que o seu próprio partido apregou, do mesmo Governador que foi eleito pelo milagre do Plano Cruzado, pelo Messianismo do Senhor Dilson Funaro, que, aliás, escondeu as cifras de importação do País conforme estampa muito bem a Revista "Veja" numa reportagem onde, com propriedade, o fotógrafo Nani Góis, da mesma revista, registra, aos abraços, o Deputado Maurício Fruet e o Ministro Dilson Funaro saindo da sede do PMDB aqui na Rua Vicente Machado, no Centro de Curitiba.

Vossa Excelência vem contribuir para o raciocínio que já é dominador e denominador comum entre as Oposições, entre as pessoas conscientes da Bancadas Governistas deste País, como é o caso do Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Senador Fernando Henrique Cardoso, que anda dando declarações muito lúcidas à imprensa nacional sobre a mercância com cargos que se faz neste País, sobre a opressão do funcionalismo, e mais, sobre a necessidade do debate transparente, sem "Maquilagem" da efetiva situação financeira dos Estado e da Federação.

O Presidente da República, em Montevideu, também é a revista "Veja" que nos informa, dá como "maquilagem", máscara, que é própria para teatro, máscara que é cosmético para mascarar o que vai de errado, para corrigir defeitos, como o desvio do Senhor Ministro Funaro na cifra de importações escondida ao País, e agora revelada à Nação. De repente nós precisamos mandar embora toda "Maquilagem", e buscar o essencial. Como-me a Vossa Excelência nessa sua preocupação pela busca da transparência essencial, necessária para que esta casa funcione.

Gostaria de lembrar à Casa que, na Ordem do Dia de hoje, nos Itens 11, 12 e 13 entram, em 1.ª Discussão, Projetos de Resolução aprovando Convênios celebrados entre o Estado e os Municípios; um para projetos de criação de empregos e renda aos municípios, outro para construção de prédios destinados a sediar unidades policiais, ou CIRETRANS, e um outro para construção de prédios destinados a sediar unidades da polícia civil e do DETRAN.

Eu gostaria de pedir à consciência política do Paraná, que, no Projeto da Nova Constituição do Estado, fiel ao que experientemente já dizia o Deputado Erondy Silvério agora há pouco neste Plenário, nós enverêssemos ...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência consulta o Deputado que

se encontra na tribuna, e declara que Vossa Excelência pode continuar usando o Horário das Lideranças.

Vossa Excelência entra no Horário das Lideranças e tem mais oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Prossiga, nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Só concluindo, nobre Deputado Pedro Tonelli.

Seria melhor que nós invertêssemos esse mecanismo de aprovação de convênios. Na Nova Constituição do Estado, os Convênios financeiros com os municípios têm que ser primeiro aprováveis pela Assembléia, e depois passíveis de despesas, de geração de despesas no Tesouro do Estado. O Executivo deve vir primeiro pedir à Assembléia a licença para celebrar os Convênios, e depois então nós partirmos para a execução desses Convênios, porque os convênios não podem vir como matéria vencida à Assembléia. De nada adianta vir a matéria vencida para a Assembléia! Vamos que se nós descobríssemos que uma dessas Delegacias não foi construída, que o Prefeito fez uma fonte luminosa com o dinheiro da Delegacia. A Assembléia fica muito vulnerável, no sentido de mandar demolir a fonte luminosa e construir a Delegacia, porque o dinheiro já está gasto, e foi pelo bueiro, pelo "ladrão" da inconseqüência e da irresponsabilidade! Então, é muito forte esta sugestão do experiente Deputado Erondy Silvério. Quero colocar neste Plenário, a Vossa Excelência e a todos os Deputados, idéia de que a Assembléia, pela Nova Constituição, passe a aprovar previamente, a dar o "placet", o "nihil obstat", ou seja, o "nada obsta" aos convênios que o Executivo vai celebrar. Somente assim, teremos um Poder Legislativo, chamado de Poder, senão podemos fechar esta Casa ou então reportarmos a esses "tatus" que o artista Poty Lazarotto colocou dos dois lados do Plenário. Há um "tatu" desse lado e outro do outro lado, esculpidos em pinheiro do Paraná, fiéis à idéia de que tatu morre cavocando.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a sua colaboração, importante no sentido de que nós nos sintamos responsáveis, e a bem da verdade, da seriedade, da honestidade, da transparência, e a bem do bom desempenho do compromisso que assumimos, que é o compromisso de homens públicos, é importante que todos nós nesta Casa subscrevamos esta idéia, e esta comissão terá uma tarefa importante, que será de tornar pública a verdade neste Estado.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado nobres colegas.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem)- Pediria a Vossa Excelência a conferência de quórum da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência determina ao Senhor 1.º Secretário que faça a chamada dos Senhores Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem). Eu quero verificação de quórum Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Verificação de quórum é a Chamada Nominal. Encontram-se presentes, olhando a grosso modo, cerca de 17 a 18 ou 20 Deputados então se Vossa Excelência insistir faremos a chamada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Então vamos fazer a chamada nominal, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- O Senhor 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Sabino Campos) - Procede à chamada nominal. Vinte e sete Senhores Deputados presentes, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI- (Pela Ordem). Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Senhor Presidente, eu pediria a Vossa Excelência e à Direção da Casa, que informasse a este Parlamentar, que há um mês atrás, aliás, há um mês e meio atrás, encaminhei um requerimento e foi aprovado por esta Casa, pedindo ao Secretário de Estado das Finanças, que enviasse a esta Casa e a este Parlamentar uma relação dos devedores do BADEF e do BANESTADO, ricos ou pobres, pois eu gostaria de saber quem deve ao BADEF, e ao BANESTADO.

E, até agora eu não recebi resposta da Secretaria de Estado das Finanças. Então, eu gostaria que a Diretoria desta Casa informasse a este Parlamentar, a quanto tempo tenho direito, quais as providências que devo tomar, para que o Secretário de Estado das Finanças envie a este parlamen-

tar e a esta Casa, os devedores do BADEP e os devedores do BANESTADO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência tomará as providências. Mas, Vossa Excelência poderá convocar o Secretário, caso haja necessidade, para vir à esta Casa.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Mas, e a resposta, Senhor Presidente, ele não tem obrigação de enviar uma resposta a esta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência tomará as providências.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Ele tem trinta dias, e acho que ele deve respeito a esta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Algaci Túlio- (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

Eu entendo perfeitamente a preocupação do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas, por outro lado, estranho também, o fato de que esse Deputado fez um requerimento à Mesa, convocando Sua Excelência, o Secretário de Estado das Finanças, para que o mesmo viesse a esta Casa dar esclarecimentos a todos os Deputados, não apenas à Bancada do PMDB. No entanto, esse requerimento de minha autoria e da autoria também do Deputado Rafael Greca, foi rejeitado pelo Plenário.

Está difícil realmente para entender o que esta Casa quer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

O Sr. Antônio Belinati- Senhor Presidente, falará o nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em nome do PDT, esta Presidência concede a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A declaração do Ministro da Fazenda, Senhor Bresser Pereira, de que a carga tributária brasileira é muita baixa, dá a exata dimensão do holocausto que o Governo promoverá nos próximos dias, quando anunciar as propaladas medidas de ajustes da

economia.

Não há dúvidas, e é preciso que se diga isso à consciência política do Paraná, de que vem aí um arrocho sem precedentes que empobrecerá de vez a sofrida classe média e cairá como uma bomba sobre os que hoje beiram à fome, que é o caso dos trinta milhões de brasileiros deserdados.

A inflação deste ano, Senhor Presidente, é um recorde mundial. É um recorde mundial disparado, pois nem Israel, um País em guerra permanente, há este patamar. Há que se lembrar que os quase mil por cento de inflação previstos para o exercício de 1987, significarão a morte de milhares de empresas e a redução violenta da oferta de emprego.

Tudo isto mostra a mentira do Governo do PMDB, que preferiu ignorar a realidade, comprometer a viabilidade do País, para não perder a eleição de novembro do ano passado. Em 1978 e 1979, quando a inflação atingiu os níveis perigosos de 8% a 9% ao mês, o então Presidente General Geisel, justificava-se, culpando a alta dos juros externos que pularam para 20% e os xequês do petróleo, que então cobravam quarenta dólares o barril.

Hoje, os juros externos são de 8% a 9% e o preço do barril do petróleo caiu para dezoito e até para quinze dólares, portanto, aquelas pressões deixaram de existir e foram substituídas pela incompetência do Governo, com os brasileiros passando fome, com o Presidente, um beletista de pouco talento, passeando no seu boeing presidencial e como o Senhor Ulysses Guimarães abandonando o seu título, tão caro e tão cultivado na mídia nacional, de "Senhor Diretas", para adotar o título de "Senhor Diretas Não", ou de multipresidente.

Enquanto isso, o Governo do Paraná, nega aos seus funcionários o gatilho salarial criado pelo seu partido e responsável pela disparada dos resultados eleitorais, que fizeram a ascensão e a maioria do PMDB nesta Assembléia.

Estranhamente, o Diário Oficial do Estado reporta quase que em todas as suas edições, as suplementações de verba por excesso de arrecadação do Tesouro do Estado.

E mais, há que se invocar como prova a edição do Diário Oficial do último dia 28 de maio, quando tais suplementações somam Cz\$ 415 milhões por excesso de arrecadação do Tesouro Estadual, este mesmo que nega o gatilho aos seus servidores.

Pois é, o Governo dispõe de um gatilho automático para corrigir a sua arrecadação, uma vez que os preços sobem diariamente. E é o gatilho do Governo, aquela malfadada maquininha de supermercado que sai disparando aumento sobre o aumento, transformando os corredores dos supermer-

cados em prateleiras e corredores de horror do holocausto nacional e da cidadania. À medida em que os preços sobem, aumenta o ICM arrecadado, no entanto os próceres do PMDB, antigos corifeus do Plano Cruzado, como é o caso do Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, ameaçam com represálias jurídicas e até com demissão os funcionários que recorrerem de seus direitos à Justiça para garantir o gatilho salarial.

Parece que não é mais o Prefeito Requião o Deputado libertário de outros tempos quem está no Palácio 29 de Março. Hoje lá está um basileu bizantino, um imperador de Bizâncio. Por que? Porque ele invoca a idéia de que é crime um subalterno questionar na Justiça os atos dos seus superiores.

Isso ficaria bem num tratado de Direito Canônico, pois um padre é proibido de questionar o seu bispo num tribunal porque seria excomungado. Ficaria bem na Côrte de Bizâncio, porque não podia um funcionário da burocracia bizantina, um antigo coletor de impostos de Constantinopla, questionar por exemplo o Imperador Justiniano. Mas, não pode a Associação dos Servidores Municipais de Curitiba exigir na Justiça o gatilho porque vem o Prefeito de foice em punho, em nome de uma autoridade que não tem, porque foi eleito com a autoridade dos votos decorrentes do gatilho, ameaçar os servidores de demissão.

Todos os funcionários de todas as empresas do Paraná, percebem gatilho, só os funcionários públicos não. Eles são - eis aí - os cidadãos de segunda classe A "Belíndia", a mistura da Bélgica com a Índia, que é o Brasil e o Paraná que têm agora os seus párias, os miseráveis, os intocáveis, os deserdados, "les mallereux" como dizia Jean Jaques Rousseau, os funcionários públicos.

Eis aí, a "Belíndia" a mistura da Bélgica com a Índia, que é o Paraná dos bóias-frias e dos deserdados; há aqueles que não têm direito e outros que têm; e esses nos servem, servem esta Casa, anotem o que digo, nos assessoram e nos acompanham, e esses estão nas Secretarias e nos postos de Governo dizendo da eficiência de um governo que já perdeu a autoridade porque não age de acordo com o seu discurso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Onde estão os "Pais do Plano Cruzado", um remédio que poderia ter surtido efeito, mas que o PMDB preferiu vender como panacéia e que hoje nos mata por envenenamento colateral.

Aliás, é de um Deputado do PMDB a frase de que o Presidente Sarney é Presidente por "infecção hospitalar". Que se vá depressa por questão de assepsia e que venham as diretas, as diretas que vão dar a este Governo a autoridade que tem o Presi-

dente Alfonsin na Argentina para levar adiante o seu "Plano austral".

Presidente por "infecção hospitalar". E há tantos Deputados médicos neste Plenário. Este Presidente por "infecção hospitalar", só pode devolver ao País a legitimidade a partir da assepsia da eleição direta.

Era isso, Senhor Presidente, e Senhores Deputados.

Ainda neste horário, gostaria de informar à Casa, que o Deputado Airton Cordeiro, formado neste Plenário na defesa dos interesses paranistas, assume hoje a Vice-Liderança do PDT na Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta a Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Inicialmente quero registrar os cumprimentos ao Deputado Airton Cordeiro, antigo companheiro desta Assembléia Legislativa, pela sua assunção ao cargo de Vice-Líder da Bancada do PDT, na Assembléia Nacional Constituinte. Temos acompanhado o trabalho de Sua Excelência e constatamos que, efetivamente, tem desenvolvido um brilhante serviço em prol das justas causas e também do Estado do Paraná.

Mas, no início deste pronunciamento, quero apelar em nome do bom senso para uma grave situação. Uma agência publicitária animada com conceitos cristãos capazes de se transformarem num excelente conduto publicitário, vem fazendo veicular em "out-doors" e anúncios da imprensa em geral, uma mensagem que soa como verdadeira irreverência. Não apenas pela condição cristã que, naturalmente, nos preocupa, mas por ferir a ética da boa publicidade. Queremos manifestar-nos solidários aos cidadãos curitibanos, entre os quais estudantes da Faculdade de Direito de Curitiba, os quais estão encaminhando ao Conselho Nacional de Regulamentação Publicitária, um abaixo-assinado pedindo providências quanto à dita publicidade.

É o envolvimento da Fiat e da prestigiosa firma Florença Veículos, cujos conceitos cristão emitidos, distorcem totalmente os princípios cristãos, que de forma alguma deveriam ser utilizados como tal forma de apelação ao público.

Oxalá, de acordo com o bom senso, seja providenciado pela agência ou pela firma envolvida a retirada deste tipo de propaganda que em nada ajuda a própria intenção

de sua veiculação.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o motivo básico de meu pronunciamento hoje, é a preocupação que deve estar reinando em todo o País ante colocações do Presidente da República ou de sua assessoria. Os jornais de hoje, trazem em manchete que o Presidente José Sarney assume definitivamente o Governo, a partir da reunião realizada com o seu Ministério desde a manhã de ontem.

Dois anos e três meses após ter sido empossado por força do destino na Presidência da República, uma declaração desse tipo é, no mínimo, assustadora. Mas, afinal, se somente a partir de hoje José Sarney assume realmente a condução dos destinos do País, quem o vinha fazendo?

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esse clima de indecisão que envolve o Governo é realmente preocupante, ao ponto do Presidente Nacional do Partido Liberal, o Deputado Álvaro Vale em declarações à imprensa, pedir com veemência ao Governo que permaneça dormindo, sob pena de causar maiores prejuízos à Nação. Disse claramente o Presidente do Partido Liberal, Álvaro Vale: "que o Governo Federal deve dormir durante alguns dias para que o País retorne ao seu desenvolvimento". Alertou ainda que o Governo precisa diminuir a intervenção no Estado em matéria de economia, e poderia mesmo entrar em férias deixando a sociedade trabalhar segundo as suas próprias conveniências. Bastaria isso, segundo o Presidente Nacional do PL, pois para que o País volte a crescer, bastaria que o Governo deixasse de agir. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A situação preocupante chega a tal ponto que o Senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de São Paulo, acusou o Presidente José Sarney e o Governador Orestes Quêrcia de estarem utilizando-se dos mesmos métodos clientelísticos de Paulo Maluf, ao usarem os cargos públicos para vergonhosamente aliciarem o apoio de Parlamentares ao Governo.

Admitiu Fernando Henrique Cardoso, liderança indiscutível do PMDB, esperar que o Presidente Sarney pare logo com este processo, porque estamos ficando muito próximos do Governo João Figueiredo. Preocupado com a possibilidade do PMDB acabar, como acabou a Arena e o PDS, por uso de expediente idêntico por parte de João Figueiredo e Paulo Maluf, o Senador peemedebista fez o alerta à Nação. Enquanto isto, o Senador José Fogaça, do PMDB gaúcho, fala em golpe e diz que a definição do mandato presidencial não desata o nó econômico em que está o País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil vive um clima de perplexidade e desesperança. A situação chegou a tal

ponto que, anteontem, depois de já estarem preparadas as emissoras de televisão do País para uma cadeia nacional, José Sarney resolveu de última hora suspender um programa que gravou com Hélio Costa e do qual não gostou. Montado num esquema fisiológico de distribuição de cargos, o Governo tenta convencer que tudo vai bem. Por extensão, porém, não existe neste clima de indefinição um plano econômico bem definido, um plano agrícola que realmente venha a atender as necessidades do lavrador, um plano social que venha suprir as ansiedades de um povo e até um plano de reforma administrativa ficou esquecido. Sinceramente, estamos tão perplexos quanto o Presidente nacional do nosso Partido, o Deputado Álvaro Valle. Até quando vai esta indecisão?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)

Consulta a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A bancada do PFL quer também congratular-se com a indicação do Deputado Airton Cordeiro, por eleição, para a Vice-Liderança do seu Partido junto à Assembléia Constituinte.

Temos certeza, pelos anos que o conhecemos nesta Casa acompanhando o desenvolver de seus mandatos parlamentares, temos certeza que a sua dedicação à causa pública, a sua competência, farão de Airton Cordeiro um dos Deputados mais brilhantes desta Assembléia Constituinte.

Sr. Presidente. Venho à tribuna, rapidamente, para justificar o requerimento de minha autoria, que está sobre a mesa para a apreciação do Plenário, dirigido ao Sr. Governador, que reclama de Sua Excelência o encaminhamento de uma informação, de resposta mais precisa, ou pelo menos nos termos que a Assembléia Legislativa colocou quando da aprovação de nosso requerimento, em 18 de março de 1987, pedindo informações ao Sr. Governador, sobre a quanto somaram as despesas com publicidade em todo o período de Governo do ex-Governador José Richa, concluído pelo seu Vice-Governador, João Elísio. Somente agora recebo ofício do Sr. Presidente desta Casa, encaminhando-me expediente ao Senhor Governador referindo-se àquele requerimento nosso. Estranho porque o expediente do Sr. Governador ao Sr. Presidente desta Casa diz que atendendo à Assembléia Legislativa no que haviam requerido os Deputados Basílio Zanusso, Ferrari Júnior e Algaci Túlio, passava a dar simplesmente sucinta informação a respeito com base em dados da

Secretaria de Finanças.

Gostaria de receber uma informação de acordo com que eu requeri e esta Casa aprovou. Não pedimos informações por atacado. Não sei o que requereu o Deputado Algaci Túlio e também não sei os termos do requerimento do Deputado Ferrari Júnior acerca das despesas do Governo do Estado no período requerido.

O nosso requerimento tem trinta e cinco itens, Sr. Presidente e a informação que o Sr. Governador encaminha à Presidência desta Casa refere-se apenas a dois ou três deles. E o primeiro item da nossa pergunta era qual o montante da despesa efetuada mensalmente, a título de comunicação social, pela administração direta ou indireta, especificando cada órgão e os valores correspondentes nos anos de 1983, a partir de 15 de março, 1984, 1985, 1986, de 1.º de janeiro a 15 de março de 1.987.

Espera este Deputado que a Assembléia seja informada da forma como foi solicitado e aprovado documento por esta Casa. Já que se não pode muito, pois os recursos dos Partidos de Oposição são restritos, pelo menos que o Sr. Governador do Estado e seu Partido, que pregam uma administração transparente, democrática, informem a esta Casa nos termos da solicitação por ela aprovada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Mesa consulta a liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Os agricultores do Paraná e do Brasil, pequenos e médios, estão sendo atacados por uma nova praga. Além da praga normal que a plantação recebe e para isso é preciso uma ação rápida dos agricultores, hoje os próprios agricultores se vêem atacados.

Refiro-me à praga da correção monetária e dos contratos agrícolas que são firmados com os bancos, BANCO DO BRASIL, BANCO DO ESTADO, bancos particulares. A cada momento, a cada quinzena, a cada semestre, surgem novos contratos, novos índices, velhas resoluções, resoluções renovadas do BANCO CENTRAL, convocações, informações, entrevistas e o pobre do agricultor chega à agência do banco e não sabe a que caminhos chegará com os débitos que esses coitados agricultores assumiram com os bancos.

A última informação é de que o BANCO DO BRASIL provoca a assinatura de aditivos contratuais, de investimentos, com os

agricultores. E nesse aditivo se refaz o cálculo dos juros e da correção monetária sem uma definição clara do que vai acontecer. Afora essa praga, existe uma outra, e não há agrotóxico que possa eliminá-la. O Ministério da Agricultura, classifica as propriedades rurais em grandes, pequenas e médias. Essa classificação, Srs. Deputados, é feita em Brasília, e vale para o Sudoeste, para o Sul do Paraná, para as coxilhas do Rio Grande do Sul ou para as várzeas de Goiás, de onde veio o Ministro da Agricultura. Será que estas pessoas conhecem a estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná, onde a média da propriedade é de 16 hectares? Será que eles sabem qual é o módulo mínimo da propriedade do Sudoeste do Paraná ou das fazendas do Rio Grande? Esta classificação da propriedade tem trazido inúmeros transtornos aos agricultores! E sou testemunha de que agricultores, proprietários de 9, 10, 8 e 15 alqueires de terra, são classificados como médios proprietários e como tais são tratados pelos bancos, e como tais recebem a paulada da correção monetária, da LBC, da OTN, e de toda essa linguagem de moedas novas, que perambulam por aí através de resoluções bancárias.

Duas pragas enfrentam os nossos agricultores! E a nossa paciência vai se esgotando, porque estamos vendo estes pobres cidadãos que plantam, perderem as suas propriedades, a esperança e o ânimo de plantar! E o que nós vemos com o ilustre representante das várzeas goianas, que hoje responde pelo Ministério da Agricultura, o ex-Governador Íris Rezende? Ao invés de viajar pelo País e verificar a situação dos pequenos e médios agricultores, vai à televisão, na última sexta-feira, e eu, humilde Deputado, representando uma região de pequenos proprietários, atencioso, em frente à televisão, aguardando uma palavra de ânimo, de estímulo, de mudança, e uma definição de política agrícola, de médio e longo prazo, e vejo o Sr. Ministro adentrar nos lares dos paranaenses, e da minha região, do Sudoeste, para defender a Ferrovia Norte-Sul! A Ferrovia Norte-Sul é da competência do Ministro de Transportes, e o Sr. Íris Rezende tem a obrigação e o dever de cuidar da agricultura! De esclarecer este povo e dar uma saída para esta situação de caos em que se encontram os agricultores do Paraná e do Brasil, e não vir defender a Ferrovia Norte-Sul!

A Ferrovia Norte-Sul está "sub judice"!

Está sob o tacho de inquérito e de investigação da sua moralidade! E a agricultura está sob o tacho da correção monetária, e nós, ainda assim, temos que suportar a defesa dessa Ferrovia por um Ministro que não é desta área e que se despreo-

cupa com a sua área específica! Tanto isso é verdade que a Folha de São Paulo de hoje mostra as medidas que José Sarney quer para a economia e nenhuma se refere à agricultura, Srs. Deputados!

Fala-se na defesa do consumidor e na ampliação de uma legislação para isso. Consumidor, Srs. Deputados, defende-se combatendo a inflação, e a especulação e a exploração financeira.

Não há lei que proteja o consumidor, se não houver o pulso firme no combate à especulação. Temos a lei delegada que é de 1964, e se aplicá-la estaremos vendo subjugados os atravessadores, os especuladores. Porque aquela lei é democrática, é uma lei que vale contra aqueles que querem explorar, enriquecer com a alta dos preços e com especulações financeiras. E não se faz isso!

Lamentavelmente faltam medidas em relação à agricultura. O estatuto e o programa do meu partido, o PMDB, e faço questão de ler, registra no item 20 e 21: (Lê): "Para que a agricultura possa transformar-se na direção apontada, o PMDB considera necessário, em primeiro lugar: uma alteração nos rumos da política de produção agrícola (e atenção Sr. Ministro Íris Rezende), no sentido de ampliar sua abrangência, de modo a atingir os pequenos e médios proprietários. Adoção de uma política de crédito que, sem exigência de garantias reais ou pessoais, cubra o custo da produção, garantindo ao produtor preços compensatórios de compra e seguro contra a perda da safra.

Uma política de armazenamento que beneficie os produtos de alimentação popular. Utilização do Imposto Territorial Rural efetivamente progressivo, para penalizar a ociosidade das glebas e a especulação com terras.

Ampliação da assistência técnica e firme apoio ao desenvolvimento tecnológico. Contenção do processo de uso indiscriminado de inseticidas e fertilizantes, bem como de implementos mecânicos que a médio prazo impliquem degradação da qualidade do solo".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem mais trinta segundo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado. (Continua a ler)

"A criação de órgãos estatais de comercialização, evitando-se, no entanto, a centralização burocrática".

Portanto, ao ler um trecho do programa do PMDB, o faço como um recado ao atual Ministro da Agricultura, para que abra a perspectiva de uma solução rápida para essa questão, para essas duas pragas que

apontei, as quais vão acabar matando a agricultura do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a Hora do Expediente,

Passe-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Algaci Túlio, da Bancada do PDT, para integrar a Comissão de Inquérito requerida pelo Senhor Deputado Paulino José Delazeri para apurar irregularidades ocorridas no Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Rafael Greca para integrar a Comissão de Inquérito formada para apurar irregularidades que causaram a deterioração de alimentos destinados à merenda escolar. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a CPI da Merenda Escolar. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a CPI do Porto, referente ao contrabando de grãos no Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado David Chierigate, como membro representante do PFL, para a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades administrativas junto ao Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado João Arruda, como membro do PFL, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Merenda Escolar. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei complementar de autoria

do Senhor Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 64/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA"- AFIPPUC, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 010/87 (Mensagem n. 04/87 - ex-Proposição n. 14/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a participação da COMEC e DNPM, objetivando a prestação de mútua colaboração entre ambos, para o estabelecimento de uma ação conjunta e coordenada dos órgãos tendentes, conforme especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 011/87 (Mensagem n. 05/87 - ex-Proposição n. 015/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.12.86, entre o Estado do Paraná e o INCRA, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas para execução do Plano Regional de Reforma Agrária e a implantação do Programa Básico de Assentamento dos Trabalhadores Rurais do Estado. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 012/87 (Mensagem n. 07/87 - ex-Proposição

n. 17/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 17/86- SETR, celebrado em 05.12.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a TELEPAR, objetivando implantação do serviço de informações por telefone denominado "Reclamações sobre Transportes Coletivos Intermunicipais". Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 013/87 (Mensagem n. 08/87 - ex-Proposição n. 18/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Revigoração datados de 03.02.87, dos Convênios n. 47, de 09.01.86, e n. 11/86, de 04.07.86, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da região Metropolitana de Curitiba- COMEC, e o Município de Curitiba, objetivando aplicação de recursos do Programa de Mobilização Energética PME/PR. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 014/87 (Mensagem n. 11/87 - ex-Proposição n. 21/87), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando a instalação ou funcionamento de armazéns destinados exclusivamente à conservação de produtos agrícolas. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 015/87 (Mensagem n. 14/87 - ex-Proposição n. 24/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 016/87 (Mensagem n. 17/87 - ex-Proposição n. 027/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com os Municípios e objetivos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 017/87 (Mensagem n. 19/87 - ex-Proposição n. 29/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da EMBRATUR e da PARANATUR, objetivando o aditamento firmado em 01.07.86, re-ratificar e complementar os Convênios celebrados em 05.06.79 e 03.11.80, respectivamente, no sentido de

regular a participação operacional e técnico-financeira das partes convenientes na execução de programas, projetos e atividades previstas nos anexos que acompanham o instrumento ora encaminhado, e visando o aditamento firmado em 26.08.86, a re-ratificação da cláusula 5.^a do Convênio celebrado em 13.01.86, pelas mesmas entidades, para realização de pesquisa sobre o turismo Emissivo e Receptivo Internacional. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 18/87 (Mensagem n. 21/87- ex-Proposição n. 31/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR e os Municípios de Foz do Iguaçu e Barracão, nas datas e com objetivos que especifica. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 19/87 (Mensagem n. 24/87- ex-Proposição n. 34/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios ns. 72/85 e 99/85, de 18.11.85 e 16.12.85, bem como do Termo Aditivo de 12.12.85, ao primeiro, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Assuntos comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de projetos de criação de emprego e renda nos Municípios. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 20/87 (Mensagem n. 28/87- ex-Proposição n. 35/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a sediar unidades policiais ou Ciretrans. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 21/87 (Mensagem n. 29/87 - ex-Proposição n. 36/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, e os Municípios que especifica com vistas a construção de prédios destinados a sediar unidades da Polícia Civil e do DETRAN. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Marcelino da Silva, ocorrido no dia 30 de

maio do corrente ano, no Município de São Sebastião da Amoreira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Mario Jorge, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Amaro Gomes Monteiro, serventuário da Justiça no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Benedito Moreira, ocorrido no dia 29 de maio do corrente ano, no Município de Cambará. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Benedito Moreira, ocorrido no Município de Cambará. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Boris Kotyj, ocorrido no Município de Prudentópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Padre Matheus Elias, pelo agraciamento do Título de Cidadão Honorário do Município de Doutor Camargo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento, no Município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela criação do Departamento de Meio Ambiente, à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Editora "O Estado do Paraná S.A.", pelo retorno do ínclito jornalista Mussa José Assis, ao comando da Redação dos Jornais "O Estado" e a "Tribu-

na do Paraná". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Centro de Promoção Humana São Benedito - CEPRHUSB, do Município de Apucarana, que adotou a medicina naturista, transformando totalmente a estrutura do Hospital Menino Deus. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Engenheiro Florestal Luciano Pizzato, pela vitória alcançada por seu trabalho "Manejo Ambiental", no Prêmio Nacional de Ecologia concedido pela CNPq. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor à nova diretoria da Sociedade dos Usuários de Computadores Sucessu-Paraná, que tem à sua frente o analista de sistemas Fábio de Souza Neto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a ampliação da rede telefônica do Distrito de Oroitê, no Município de Iporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Educação, visando a ampliação do Colégio Estadual Franklin Roosevelt, no Distrito de Guaiporã, Município de Iporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a encampação dos serviços de abastecimento de água no Distrito de Jangada, Município de Iporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo recursos financeiros para aquisição de instrumentos musicais para o Grupo Musical Energia Solar, formado por alunos do primeiro e segundo grau do Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade, no Município de Quitandinha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando moção de solidariedade

aos Senhores Juiz e Prefeito do Município de Toledo, pela postura digna e corajosa de não se submeterem a ameaças e chantagens daqueles que não querem ver apuradas as irregularidades cometidas no trato da coisa pública. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Jubileu de Prata da Escola São Sebastião de Ensino Pré-Escolar e 1.º Grau, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Jubileu de Diamante da Escola Estadual Senador Correia - Ensino de 1.º Grau, Regular e Supletivo, do Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo para que seja incluído o trecho da estrada municipal que liga o Bairro dos França até a localidade de Vista Alegre, no Município de Ortigueira, no Plano de Obras de Pavimentação Asfáltica do Programa Paraná Rural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Reforma Agrária, encarecendo preferência no assentamento dos sem-terras assentados provisoriamente na Fazenda Vasto Horizonte, no Município de Tibagi. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Casa do Pobre São Francisco de Assis, no Distrito de Ivatê, Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, encarecendo informações a respeito do atual estágio em que se encontra a criação da Es-

cola Agrotécnica do Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a criação de 2.º Grau, na Escola Estadual Narciso Mendes - Ensino de 1.º Grau, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica ligando os Municípios de Iporã a Palotina, passando pelo Distrito de Oroitê à localidade de Porto Catarinense, respectivamente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Santa Rita de Cássia, localizada no Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a APMI do Município de Ourizona. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente da PROVOPAR, encarecendo auxílio financeiro para a APMI do Município de Ourizona. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros do Planejamento e da Fazenda, visando a criação de um plano de austeridade econômica, e submetê-lo à aprovação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, para normalizar as relações do País com os bancos credores. **Em discussão. Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo sejam dadas respostas específicas aos

trinta e cinco quesitos constantes do pedido de informação de sua autoria, sobre despesas de comunicação social, **aprovado** pela Casa na sessão do dia 18 de março do corrente ano. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros e Secretário da Educação, bem como a Senhora Secretária da Educação do Município de Maringá, encarecendo a implantação de uma Escola Técnica Federal naquele Município, primordialmente os cursos de eletrotécnica, eletrônica e mecânica. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários dos Transportes e das Finanças, visando a implantação de iluminação pública na Rodovia do Café, trecho entre os Municípios de Maringá e Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários das Finanças e da Educação, viabilizando a construção e implantação de uma escola de 1.º grau no bairro Vila Bosque, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo a reativação do Posto de Qualificação Eleitoral do Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Segurança e da Reforma Agrária, encarecendo providências para esclarecer o acidente ocorrido na Fazenda Cristo Rei, no Município de Nova Cantu. **Em discussão. Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado Regional do Trabalho, encarecendo a fiscalização na Empresa Sa-

dia, no Município de Toledo, bem como coibir a demissão em massa e perseguição de seus empregados participantes de sua organização de classe. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura, visando o fornecimento de instrumentos destinados à fanfarra colegial da Escola Estadual Olavo Del Claro, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 40. aniversário de instituição do Tribunal de Contas do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, declino.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 22/87 à 26/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final dos Projetos de Lei ns. 222/86, 225/87, 234/87, 263/87, 283/87, 284/87, 286/87, 12/87, 14/87, 24/87, 28/87, 36/87, 37/87.

Levanta-se a Sessão.